

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE 1930-2010 ANTE A QUESTÃO AGRÍCOLA: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO BRASILEIRO NAS RELAÇÕES MULTILATERAIS DE COMÉRCIO

BRAZILIAN FOREIGN POLICY BETWEEN 1930-2010 ON AGRICULTURAL MATTERS: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN POSITIONING IN MULTILATERAL TRADE RELATIONS

Tatiana de A. F. R. Cardoso Squeff*

RESUMO: A política externa brasileira sofreu diversas modificações quanto a sua fundamentação desde a edificação do Estado Novo. Primeiramente, adotou o posicionamento desenvolvimentista, optando pela substituição de importações e primando pelo desenvolvimento nacional em detrimento do secular viés primário-exportador adotado desde os primórdios. Após 60 anos, em razão da alteração do projeto político-econômico nacionalista pátrio (o fim da Ditadura Militar) e de aspectos externos (a “vitória” do liberalismo norte-americano com o fim da Guerra Fria), o país abre mão da sua independência, tentando encontrar a melhor forma de se inserir na atual conjuntura globalizada, perpassando, contudo, por diversos paradigmas, quais sejam, o neoliberal (governo Collor), o neo-desenvolvimentista (governo Franco), o normal (governo Cardoso) e o logístico (momento no governo Lula da Silva) – cada qual apresentando características peculiares de expressão no plano externo, em especial no plano agrícola. Logo, o presente estudo visa detalhar essas alterações, de modo que restem claras as particularidades de cada momento e os seus reflexos para a política externa brasileira, dando especial relevo às relações multilaterais no âmbito agrícola, haja vista a grande importância do setor para a economia brasileira. Para tanto, é realizada uma pesquisa dedutiva sob a forma de revisão bibliográfica qualitativa, confirmando-se a hipótese de que cada paradigma da política externa brasileira apresenta uma forma peculiar de promover e defender a agricultura brasileira.

Artigo recebido em 16 de janeiro de 2020.

Artigo aceito em 17 de março de 2020.

* Doutora em Direito Internacional pela UFRGS, com período sanduíche junto à University of Ottawa. Mestre em Direito Público pela Unisinos, com fomento CAPES/DFAIT e período de estudos junto à Universidade de Toronto. Especialista em Relações Internacionais pela UFRGS, em Direito Internacional pela UFRGS e em Língua Inglesa pela Unilasalle. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia, onde também é professora adjunta de Direito Internacional. Email: tatiafrcardoso@gmail.com

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Paradigma; Agricultura; OMC.

ABSTRACT: Brazilian foreign policy has undergone several changes regarding its foundation since the construction of the Estado Novo. Firstly, it adopted the developmental stance, opting for import substitution and focusing on national development over the centuries-old primary-export bias adopted since the early days. After 60 years, due to the alteration of the nationalist national political-economic project (the end of the Military Dictatorship) and external aspects (the “victory” of American liberalism with the end of the Cold War), the country gives up its independence, trying to find the best way to fit in the current globalized conjuncture, however, going through several paradigms, namely the neoliberal (Collor government), the neo-developmental (Franco government), the normal (Cardoso government) and the logistic (especially in the Lula da Silva government) - each of which has peculiar characteristics of expression abroad, especially in agriculture. Therefore, the present study aims to detail these changes, so that the particularities of each moment and their consequences for Brazilian foreign policy remain clear, with special emphasis on multilateral relations in the agricultural field, given the great importance of the sector for the economy. To this end, a deductive research is conducted in the form of qualitative literature review, confirming the hypothesis that each paradigm of Brazilian foreign policy presents a peculiar way of promoting and defending Brazilian agriculture.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Paradigm; Agriculture; WTO.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO; 2. O ADVENTO DO PARADIGMA DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E O PAPEL DA AGRICULTURA: IMPLICAÇÕES PARA AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS ATÉ O GATT; 3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE PARADIGMAS E AS NEGOCIAÇÕES DA RODADA DO URUGUAI: A CONSTANTE MUDANÇA DE POSICIONAMENTO DO BRASIL ANTE A MATÉRIA AGRÍCOLA; 4. A ASCENSÃO DO ESTADO LOGÍSTICO E A POSIÇÃO BRASILEIRA NAS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO SOBRE AGRICULTURA: MUDANÇAS VISÍVEIS?; 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS; 6. REFERÊNCIAS.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, por ser um país de grande extensão territorial, possui um grande potencial para a exploração econômica – potencialidade essa que desde os tempos da colonização portuguesa foi determinante para as relações

comerciais do país. Afinal, como descreve Holanda¹, o Brasil colonial era um país cuja produção era direcionada tão-somente à exportação, a fim de suprir a metrópole com matérias-primas. Mesmo com a sua independência, o Brasil custou a mudar o seu enfoque, haja vista o modelo implementado nas suas relações durante a Primeira República continuar sendo o de uma economia extrativista-exportadora, aberta aos manufaturados europeus².

Nesse sentido, impossível negar a tradição exportadora brasileira construída ao longo dos anos. De fato, até os dias de hoje a agricultura é responsável por cerca de um quarto do Produto Interno Bruto (22,5% em 2013 e 23,3% em 2014) e quase metade do total arrecadado com as exportações (41,3% em 2013 e 40,5% em 2014), sendo normalmente o setor responsável por equilibrar a balança comercial nacional.³ Entretanto, não se pode mais afirmar que a agricultura é a única peça do comércio exterior brasileiro, haja vista as diversas formas de inserção internacional que foram pensadas pelos dirigentes nacionais⁴ com o passar do tempo, incluindo outros setores na pauta brasileira.

¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1979, p. 17-18.

² CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 9.

³ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Exportações do agronegócio alcançaram US\$ 6,13 bilhões em novembro**. Notícia veiculada em 08 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao>>. Acesso em 27 jul. 2015; ZAIA, Cristiano. PIB do Agronegócio vai crescer 3,8% em 2014, projeta CNA. **Valor Econômico**. Notícia veiculada em 09 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3809734/pib-do-agronegocio-vai-crescer-38-em-2014-projeta-cna>>. Acesso em 27 jul. 2015.

⁴ Dirigentes, conforme Cervo, são “homens de Estado [que] desenvolvem ideias acerca do modo de conceber o sistema internacional, sua estrutura e funcionamento, a economia internacional, bem como as relações do país com estruturas e conjunturas e com as outras nações” (CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 16). Exemplo de dirigente são os diplomatas ou, como observado nos últimos anos, os presidentes.

Na formação brasileira, pode-se dizer que existiram quatro conceitos de Estado, quais sejam, o liberal-conservador, o desenvolvimentista, o neoliberal e o logístico – passíveis, ainda, de algumas reinterpretações. Cada um desses conceitos apresenta uma indicação específica de conduzir a economia da nação, refletindo diretamente na forma em que o Estado conduzirá as suas relações internacionais. Assim sendo, todos esses vieses igualmente apresentam um modo distinto de posicionar a agricultura no plano do comércio internacional.

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo geral traçar como a questão agrícola é tratada em cada um dos paradigmas adotados pelo Brasil a partir do Estado Novo, justamente por ter sido esse período aquele que, pela primeira vez, decompôs o viés primário-exportador brasileiro, secularmente estabelecido. Especificamente, o escrito pretende detalhar cada um dos paradigmas adotados, de modo que seja possível verificar as alterações do posicionamento econômico brasileiro e os seus efeitos no plano do comércio internacional, isto é, no modo em que é conduzida a política externa brasileira, dando especial relevo às relações multilaterais, as quais começam a se desenrolar ao final da Segunda Guerra Mundial, onde o Brasil tem ganhado mais destaque (em maior ou menor intensidade) nos últimos decênios.

Para atingir a tais fins, o documento será dividido em três partes. Na primeira, abordar-se-á o advento do paradigma do Estado desenvolvimentista e o papel da agricultura no Brasil, permeando o bilateralismo dominante nas relações antes da Segunda Guerra Mundial, e o início do multilateralismo, com a adoção do *General Agreement on Trade and Tariffs*. Ato contínuo, na segunda parte, procurar-se-á descrever a política externa brasileira do fim da ditadura militar até o governo Cardoso, perpassando pelos diversos tipos de paradigmas adotados e os seus reflexos nas negociações da Rodada do Uruguai ante a matéria agrícola. Por fim, na terceira parte pretender-se-á debater a ascensão

do Estado logístico e as mudanças visíveis na posição brasileira no plano internacional, em especial durante as negociações do Acordo sobre Agricultura no plano da Organização Mundial do Comércio.

Já a importância do presente estudo está no fato de que cada modificação realizada na economia brasileira implica em alterações nas ações/decisões pátrias no plano internacional. Noutros termos, considerando que a política externa nada mais é do que o "ponto de intersecção entre a política interna e as relações internacionais"⁵, cada vez que há uma agitação no plano interno, haverá também uma nova conjectura externa. Por conseguinte, é de grande valia a compreensão das correntes paradigmáticas por detrás de cada alteração, haja vista elas explicarem e fundamentarem o motivo pelo qual o país realiza determinadas opções nos foros internacionais.

A metodologia aplicada para a condução da pesquisa em apreço é a dedutiva, na tentativa de confirmar a hipótese de que cada paradigma da política externa brasileira apresenta uma forma peculiar de (pro)mover a questão agrícola. Para tanto, conduzir-se-á uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo, partindo-se especialmente dos ensinamentos de Cervo acerca dos diferentes tipos de paradigmas das relações exteriores brasileiros, com o intuito de ilustrar a adoção de cada um no Brasil ao longo do século XX e no limiar do século XXI. Ressalva-se, contudo, que essa pesquisa não tem o condão de esgotar a bibliografia existente, tentado, contudo, traçar um recorte qualitativo nas obras a serem utilizadas.

1. O ADVENTO DO PARADIGMA DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E O PAPEL DA AGRICULTURA: IMPLICAÇÕES PARA AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS ATÉ O GATT.

⁵ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 33.

Após a crise de 1929 e com a queda abrupta das exportações nacionais (em especial do café⁶), o Brasil prescindia de uma reestruturação na tentativa de conter os efeitos da baixa disponibilidade de crédito no mercado internacional, o qual limitava as suas possibilidades de pagar a dívida externa. Com a queda da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, novas políticas são traçadas, de modo que o Brasil foi um dos primeiros países a ter o seu Produto Interno Bruto (PIB) em ascensão ainda nos anos de 1932-1933⁷.

Isso porque, introduziu-se o paradigma do Estado Desenvolvimentista no Brasil, em que o “Estado [atuaria] como impulsionador do desenvolvimento”, reforçando “o aspecto nacional e autônomo de política exterior”⁸. Afinal, pensava-se que o Brasil – um país exportador de matérias-primas e alimentos à época – precisava de uma estrutura que pudesse fazer com que ele contornasse os efeitos da recessão, devendo, para tanto, adotar políticas de promoção e defesa da economia nacional. A grande questão era como fazer isso em uma

⁶ “O café representava 70% das exportações brasileiras e seu preço no mercado internacional estava sujeito a uma política de sustentação implantada mediante o endividamento externo na Praça de Londres. Essa política não pôde ser mantida após 1928, quando o boom acionário de Wall Street interferiu com a disponibilidade de capitais para esse fim” (DUARTE, Carlos Sérgio S. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942. **Cadernos do IPRI – Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 10-18, 1989, p. 11). Logo, o seu valor já tenderia a cair. E mesmo com a demanda em queda, “[e]m 1929, [...] o café apresenta uma safra excepcional com um crescimento de mais de 91%”, fazendo com que os preços caíssem abruptamente (DEZORDI, Lucas L. **Fundamentos de Economia**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010, p. 68). Para conter essa tendência, o governo brasileiro adotou a política de comprar excedentes e queimar o estoque cafeeiro como forma de manter o preço dessa commodity minimamente estável no mercado internacional. Em que pese essa medida ter atingido o seu fim, ela foi momentânea, posto que considerada insuficiente para suportar a economia brasileira frente à forte retração do mercado na década de 1930 (DUARTE, Carlos Sérgio S. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942. **Cadernos do IPRI – Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 10-18, 1989, p. 12).

⁷ DEZORDI, Lucas L. **Fundamentos de Economia**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010, p. 68.

⁸ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Cardoso (1995-2002)**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 121-122.

economia primordialmente primário-exportadora de 'produtos sobremesa' (como eram classificados café, açúcar e cacau).

A modificação do eixo econômico, porém, não era ambicionada por Getúlio Vargas no início do seu governo, tendo sido essa implementada de forma casual, decorrente de uma série de situações conjunturais que possibilitaram o reposicionamento da geração de renda no plano doméstico, tais como a falta de liquidez do mercado internacional, a queda de produção a nível internacional de bens de consumo, a necessidade de manutenção do preço do café (haja vista a grande acumulação dos estoques para a exportação e a natural redução de renda), a desvalorização monetária e o consequente aumentos dos gastos públicos, para citar alguns⁹. Para o Estado, era preciso agir a partir da criação de mecanismos de defesa na tentativa de ajustar o cenário pátrio afetado pela crise, o qual não delineava perfeitamente a industrialização..¹⁰

Dentre as políticas estava a sustentação dos preços do café, fomentando-se a produção do grão e, por conseguinte, garantindo remuneração mínima e emprego a grande parte dos produtores atrelados ao setor exportador¹¹, o que "indiretamente, [mantinha os níveis] nos setores

⁹ OLIVEIRA, Francisco de. Um Republicano Exemplar. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (orgs.). **A Grande esperança em Celso Furtado**: ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 132.

¹⁰ FONSECA, Pedro Cezar. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Revista EconomiA**. Brasília, v. 13, n. 3, pp. 843–866, set./dez. 2012, p. 851.

¹¹ Conforme o Conselho Nacional do Café [entidade privada fundada em 1981 que não se confunde com a autarquia federal criada em 1931, posteriormente substituída pelo Departamento Nacional de Café em 1933], “[p]elos idos de 1830, o café transformara-se no principal produto de exportação, ultrapassando o algodão e o açúcar e, em 1845, o Brasil já era responsável por 45% das exportações mundiais do produto” (CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. **Café do Brasil**: história. s/d. 2p. Disponível em: <<http://www.cncafe.com.br/site/interna.php?id=23>>. Acesso em 19 jul. 2015).

produtores ligados ao mercado interno”.¹² Noutros termos, “[a]o evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia”.¹³

Ademais, adotou-se a política de desvalorização cambial a partir de 1931, sobretudo para manter os preços do café no mercado interno, a qual, “além de impedir impacto mais negativo na demanda agregada no balanço de pagamentos e nas contas públicas [...], ocasionou uma mudança abrupta de preços relativos, com o encarecimento dos importados e, em decorrência, a substituição de importações”.¹⁴ Com isso, surgia uma oportunidade para investir-se mais no plano doméstico, em especial, na indústria. Afinal, como esclarece Furtado¹⁵:

[...] a política [de depreciação] cambial acompanhada de controle seletivo de importações [em função do seu encarecimento] resultou, destarte, não somente em concentração, na mão do empresário industrial, de parte substancial do aumento de renda de que se beneficiava a economia, mas também em ampliação das oportunidades de inversões que se apresentavam a esse empresário.

Note-se que o Brasil possuía “capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno”, bem como “já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital”.¹⁶ Logo, com a

¹² FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. [digital] São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005, p. 187.

¹³ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. [digital] São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005, p. 187.

¹⁴ FONSECA, Pedro Cezar. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Revista EconomiA**. Brasília, v. 13, n. 3, pp. 843–866, set./dez. 2012, p. 852.

¹⁵ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. [digital] São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005, p. 221.

¹⁶ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. [digital] São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005, p. 198.

“política cambial, baixando relativamente os preços dos equipamentos e assegurando proteção contra concorrentes externos, [criou-se] a possibilidade de que esse enorme aumento de produtividade econômica fosse em grande parte capitalizado no setor industrial”.¹⁷

Dessa forma, indiretamente alterou-se “o caráter principal do antigo padrão de acumulação”, de modo que “a dominância que as exportações [primárias] exerciam sobre a determinação do nível e do ritmo da atividade econômica do país passaria a segundo plano”¹⁸ e a indústria assumiria o ‘centro dinâmico’ da economia nacional no processo de criação da renda, em especial, com a consolidação do Estado Novo.¹⁹ E nesse ambiente, resta evidente o paradigma desenvolvimentista, ao passo que o governo passou a intervir e investir mais no mercado doméstico, preocupando-se “com o abastecimento do setor interno e com a exploração do mercado nacional”^{20,21}

¹⁷ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. [digital] São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005, p. 220.

¹⁸ CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 180.

¹⁹ A indústria detinha um papel secundário durante a República Velha, de modo que poucos setores se destacavam. Entre 1920 e 1928, em relação às taxas anuais médias de crescimento produtivo, destacam-se os setores de perfumaria, sabão e velas (com 11,4%), química (8,8%) e vestuário e calçados (5,6%), os quais, somados as demais áreas com expressões menores, perfazem uma média total de meros 3,6% de crescimento da industrial nacional até então (VILLELA, Aníbal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945**. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2001, p. 171).

²⁰ COSTA E SILVA NETO, Antônio Francisco da. A evolução do conceito de desenvolvimento e seu reflexo na política externa brasileira. **Cadernos do IPRI – Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 98-107, 1989

²¹ “[O] modelo de desenvolvimento da era Vargas [era] apoiado em três pilares básicos: *investimentos estatais nacionais* [os quais fizeram os gastos do governo em termos reais crescerem na ordem de 13,4%], *investimentos privados nacionais e capital estrangeiro, público ou privado* [limitado a certas áreas consideradas vitais para o desenvolvimento nacional, não restritos à setores tradicionais em países primário-exportadores, como transportes]” (D’ARAÚJO, Maria Celina S. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 41).

Ao mesmo tempo, o advento da Segunda Guerra Mundial²² também influenciou esse paradigma no Brasil ao passo que o país encontrava “dificuldades em abastecer o mercado interno”, sendo necessário concentrar os esforços no seu interior em substituição das importações²³. Assim, “[p]ela primeira vez em nossa história, o crescimento das indústrias superou o crescimento da agricultura”²⁴, como é possível vislumbrar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Taxas de Crescimento Anual

Período	Agricultura	Indústria	Total
1920-1929	4,1%	2,8%	3,9%
1933-1939	1,7%	11,2%	4,9%
1939-1945	1,7%	5,4%	3,2%

Fonte: D’ARAUJO, Maria Celina S. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 42.

Apesar disso, já destacava Ianni²⁵ “que os setores industrial e agrário não são estanques; [a]o contrário, no âmbito das forças produtivas (capital, tecnologias, força de trabalho e divisão do trabalho), são complementares e interdependentes”. Não é possível negar a importância do setor agrícola para o desenvolvimento industrial brasileiro, vez que coube a ele uma série de funções, como:

²² A Segunda Guerra Mundial também influenciou a agricultura brasileira, de modo que as dificuldades no escoamento da produção (cujos principais mercados eram os Estados Unidos e a Europa Ocidental, ambos atingidos pelo conflito) fomentaram a diversificação agrícola, fazendo com que cacau, fumo, algodão e açúcar dividissem espaço com o café nas exportações primárias, as quais correspondiam a 28% do PIB ao final da década de 1940 (BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 3ª ed. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2009, p. 67-70). Nesse sentido, repisa-se o relevante papel da atividade agrícola para aumentar a capacidade de importar bens de produção para a incipiente indústria brasileira.

²³ DEZORDI, Lucas L. **Fundamentos de Economia**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010, p. 70

²⁴ MENDONÇA, Sônia Regina. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 41.

²⁵ IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 118.

[1] o suprimento [estável] de alimentos baratos para a força de trabalho do setor industrial e das demais atividades urbanas; [2] o fornecimento de matérias-primas para as agroindústrias [em especial o algodão]; [3] a geração de saldos positivos na balança comercial com o exterior, a fim de possibilitar a importação dos insumos, das máquinas e equipamentos requeridos pelo processo de industrialização; [4] a transferência de excedentes de capital para serem investidos na diversificação e industrialização da economia brasileira; e [5] o contínuo deslocamento dos excedentes de mão-de-obra do campo para a cidade (migrações internas rurais-urbanas em busca de empregos), suprimindo os mercados urbanos de força de trabalho, sem a qual os referidos processos de industrialização teriam sido impossíveis.²⁶

Nesse sentido, em que pese ter havido uma mudança na estrutura econômica existente, a agricultura ainda era importante para o ambiente doméstico, não deixando de apresentar certo volume de crescimento em razão da industrialização nacional. Todavia, o enfoque 'para dentro' impulsionou importantes alterações na política externa brasileira, as quais impactaram na própria participação do Brasil em Bretton Woods.

Primeiramente, cumpre salientar que até a República Velha, o Brasil era um país praticamente monocultor dependente das exportações do café em razão da enorme vantagem comparativa que apresentava em face dessa commodity, a qual era largamente escoada para os Estados Unidos, país que viria a ser um grande parceiro brasileiro, mormente após a Primeira Guerra Mundial^{27,28}. Ademais, impende dizer que o Brasil era refém do capital

²⁶ BESKOW, Paulo R. Agricultura e política no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 12, pp. 56-79, abr. 1999, p. 41.

²⁷ A alteração da influência inglesa para a norte-americana ocorreu em função do declínio da competitividade daquele país somado a própria intenção brasileira de tornar-se menos independente da Europa, aproximando-se dos americanos. Até mesmo pode-se afirmar que essa aproximação teve início antes da Primeira Guerra Mundial, ainda em 1891, com a assinatura de um Tratado de Concessões Tarifárias Recíprocas (GARCIA, Eugênio Vargas. Estados Unidos e

internacional, notadamente dos investimentos ingleses, os quais acomodavam suas libras em diversas atividades relacionadas ao café, como a implantação de ferrovias para o escoamento da produção, a abertura de bancos para apoiar financeiramente os empreendimentos e, até mesmo, a comercialização do café por firmas exportadoras inglesas agindo no Brasil, fazendo com que a balança comercial sempre pendesse em favor dos ingleses²⁹.

Com a industrialização na década de 1930, todavia, parte-se para uma política externa mais independente, sem adotar um posicionamento em prol dos Estados Unidos ou da Alemanha – seus grandes parceiros comerciais no referido período, o que produziu “uma série de benefícios comerciais” e aumentou “o poder de barganha do Brasil nos anos vindouros”.³⁰ É o que se vislumbra da tabela abaixo:

Tabela 2 – Comércio Exterior Brasileiro entre 1933-1938.

Ano	<i>Importações Brasileiras</i>		<i>Exportações Brasileiras</i>	
	EUA	Alemanha	EUA	Alemanha
1933	21,2%	12,0%	46,7%	8,1%
1934	23,7%	14,0%	39,5%	13,2%
1935	23,4%	20,4%	39,4%	16,5%
1936	22,1%	23,5%	38,9%	13,2%
1937	23,0%	23,9%	36,2%	17,1%
1938	24,2%	25,0%	34,3%	19,1%

Fonte: SEITENFUS, Ricardo A. O Brasil e o III Reich (1933-1939). In: KAHLE, Günter; PIETSMANN, Horst (orgs.). *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*. v. 25. Colônia: Böhlau Verlag, 1988, p. 281.

Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entreguerras. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, pp. 41-71, jun. 2002, p. 45-51; SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional: 1889-1930. **Revista Mexicana de Sociologia**. Cidade do México, v. 36, n. 3, pp. 547-593, jul./set. 1974, p. 586-587).

²⁸ DEAN, Warren. A Economia Brasileira: 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 672-674.

²⁹ GARCIA, Eugênio Vargas. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entreguerras. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, pp. 41-71, jun. 2002, p. 56.

³⁰ MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil – 1939-1950**: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012, p. 51.

A relação bilateral com os alemães iniciou-se, sobretudo, em 1934, “quando os Estados Unidos suspenderam [grande parte d]as vendas ao Terceiro Reich”³¹, gerando grandes perspectivas “para a exportação de matérias-primas e gêneros tropicais”, em especial do algodão, e restaurando o poder aquisitivo brasileiro, haja vista o país passar “a importar produtos industrializados alemães sem fazer uso de suas escassas reservas cambiais”³². Isso porque, o comércio seria levado a cabo por intermédio de um mecanismo que ficou conhecido como ‘marcos de compensação’, o qual “permitia o intercâmbio comercial sem fazer uso das reservas cambiais conversíveis ou do ouro [...], apenas mantendo a reciprocidade entre os valores das mercadorias trocadas”.³³

Além disso, ressalta-se que o Brasil firmou em 1938 um acordo na casa de 105 milhões de *reichmarks* com a Krupp, empresa de armamentos alemã, para o fornecimento de canhões, munição e viaturas motorizadas³⁴, fazendo com que a Alemanha detivesse cerca de 22% do comércio exterior brasileiro no referido ano³⁵.

Já com relação aos Estados Unidos, pode-se dizer que ele já era um parceiro brasileiro pela ‘política de boa vizinhança’ imposta pelos norte-americanos ainda no início do século XX. Entretanto, na década de 1930, na

³¹ SEITENFUS, Ricardo A. O Brasil e o III Reich (1933-1939). In: KAHLE, Günter; PIETSCHMANN, Horst (orgs.). **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas**. v. 25. Colônia: Böhlau Verlag, 1988, p. 279.

³² DUARTE, Carlos Sérgio S. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942. **Cadernos do IPRI – Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 10-18, 1989, p. 12.

³³ DUARTE, Carlos Sérgio S. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942. **Cadernos do IPRI – Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 10-18, 1989, p. 12.

³⁴ PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 43.

³⁵ SEITENFUS, Ricardo A. O Brasil e o III Reich (1933-1939). In: KAHLE, Günter; PIETSCHMANN, Horst (orgs.). **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas**. v. 25. Colônia: Böhlau Verlag, 1988., p. 279

tentativa de conter os nazifascismo, um novo pan-americanismo foi lançado, o qual incluía vultuosos investimentos para o desenvolvimento da América Latina³⁶.

E é nesse ambiente que Brasil e Estados Unidos firmaram o *Reciprocal Trade Agreement Act* em 1935, estipulando "a diminuição substancial dos direitos aduaneiros que atingiam até então as exportações brasileiras; em contrapartida, o Brasil compromet[ia]-se a reduzir e a estabilizar as imposições aduaneiras sobre produtos provenientes dos Estados Unidos".³⁷ Internamente, os produtores de café beneficiar-se-iam desse acordo livre-comércio, por isso, inclinavam-se ao apoio aos norte-americanos.³⁸

Ademais, cumpre destacar a flexibilidade dos Estados Unidos frente à moratória declarada pelo Brasil em 1937 em razão da crise na sua balança de pagamentos, em especial, com a assinatura de certos acordos em 1939 em Washington D.C. para a obtenção de "créditos adicionais fornecidos pelo *Eximbank*" (*Export-Import Bank*), que possibilitaram não só o financiamento para a importação de produtos americanos, mas também "a volta ao livre-cambismo e uma atitude mais flexível quanto ao pagamento da dívida"³⁹. Por isso, o setor financeiro também pendia para as relações pró-Estados Unidos.⁴⁰

³⁶ SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Mundo Contemporâneo: 1919-1945**. Vol. II. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, p. 264-265.

³⁷ SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 40-41.

³⁸ CORSI, Francisco Luiz. Brasil e Argentina: uma análise comparativa das políticas econômicas no contexto da Grande Depressão dos anos 1930. In: BEIRED, José Rubens B.; BARBOSA, Carlos Alberto S. (orgs.). **Política e Identidade Cultural na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 190.

³⁹ DUARTE, Carlos Sérgio S. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942. **Cadernos do IPRI – Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 10-18, 1989, p. 14.

⁴⁰ CORSI, Francisco Luiz. Brasil e Argentina: uma análise comparativa das políticas econômicas no contexto da Grande Depressão dos anos 1930. In: BEIRED, José Rubens B.;

Essa posição ambígua do governo brasileiro só começou a ser finalizada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando o comércio com os alemães foi drasticamente reduzido⁴¹ pelos bloqueios marítimos realizados, o Brasil viu-se mais próximo dos Norte-Americanos – postura essa que abriu “para o país um novo caminho para obter benefícios”⁴², recebendo promessas de investimentos futuros para a construção de uma usina siderúrgica em Volta Redonda (inaugurada em 1946 com valor total na casa dos US\$40 milhões)⁴³ e de reequipamento das Forças Armadas (entregues de maneira escalonada entre 1942 e 1948 totalizando aproximadamente US\$200 milhões)⁴⁴.

E essa aproximação aos norte-americanos também rendeu ao Brasil um convite para participar de uma conferência no ano de 1944, em Bretton Woods (em New Hampshire nos Estados Unidos), que objetivava discutir a reconstrução econômica no pós-guerra⁴⁵, debater as políticas econômicas adotadas pelos países no período entreguerras e instituir órgãos reguladores da economia internacional⁴⁶. Isso porque, a necessidade sentida pelos Estados em intervirem mais em suas economias, a fim de resguardarem as suas reservas monetárias e

BARBOSA, Carlos Alberto S. (orgs.). **Política e Identidade Cultural na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 190.

⁴¹ As exportações realizadas para a Alemanha em 1939 estavam na ordem de 19,4%, sendo reduzidas para meros 1,8% em 1940. Já em relação aos Estados Unidos, em 1939 as exportações estavam na ordem de 33,4%, subindo para expressivos 51,9% em 1940 (MINELLA, Jorge. Pan-americanismo e Estado Novo: considerações conceituais. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 12, n. 1, pp. 22-37, jan./jun. 2012, p. 35).

⁴² DUARTE, Carlos Sérgio S. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942. **Cadernos do IPRI – Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 10-18, 1989, p. 15.

⁴³ FERRAZ, Francisco César A. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 19.

⁴⁴ SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 297.

⁴⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. São Paulo: Grupo Gen, 2012, p. 140.

⁴⁶ BARRAL, Welber. **O Brasil e a OMC**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2003, p. 23.

o pleno emprego, fizeram com que o protecionismo retornasse e desencadeasse um ambiente inóspito ao triunfante liberalismo econômico⁴⁷.

Por isso, a reunião pretendia a adoção de outra política econômica a nível mundial, baseada na liberdade de iniciativa e na livre concorrência, invocando-se a diminuição abrupta de medidas restritivas à importação e exportação de bens⁴⁸. Para o Brasil, essa seria uma grande oportunidade para tentar absorver mais bens de capital e insumos advindos dos Estados Unidos com o escopo de manter o seu projeto de desenvolvimento, em que pese a contínua necessidade de fornecer-se estímulos governamentais para apoiar o aprimoramento da indústria doméstica na América Latina como um todo⁴⁹.

Embora fosse uma reunião internacional, em Bretton Woods os grandes protagonistas eram Estados Unidos e Inglaterra, de modo que os demais Estados apresentavam apenas um poder relativo, não sendo considerados determinantes para as discussões lá havidas⁵⁰. Ao Brasil, por exemplo, coube um papel secundário, de modo que tocou ao seu representante inicial⁵¹, Otávio Gouvea de Bulhões, manifestar-se acerca do que estava sendo proposto por tais

⁴⁷ SENA JUNIOR, Roberto Di. **Comércio Internacional & Globalização**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 40.

⁴⁸ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Econômico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993, p. 88.

⁴⁹ MOREIRA, Luiz Felipe V.; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 198-199.

⁵⁰ BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 518-520.

⁵¹ Antes de Bretton Woods, duas reuniões “antecederam a grande *meeting* em New Hampshire – a reunião de Washington de 15 de maio a 17 de junho de 1943, e de Atlantic City, entre 26 e 30 de junho de 1944”, a fim de técnicos de alguns países (Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Cuba, Tchecoslováquia, Índia, México, Holanda, Filipinas, o Comitê Francês de Libertação Nacional, além de Estados Unidos e Inglaterra) analisassem “as alternativas postas sobre a mesa” e apresentassem as suas considerações (BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 530). Em Bretton Woods, a comitiva brasileira foi presidida pelo Ministro da Fazenda Arthur da Souza Costa.

nações (especificamente os Projetos White e Keynes, respectivamente), as quais dominavam os debates.

Tendo em vista o enfoque financeiro-monetário da conferência, os debates centraram-se na construção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), fazendo com que o governo brasileiro buscasse “decisões que favorecessem os rendimentos do setor agroexportador, [pois] gerador de divisas indispensáveis para o processo de substituição de importações em curso”⁵².

Logo, o Brasil depositou suas fichas na discussão do FMI, pois nesse ambiente talvez conseguisse “elevar o volume de crédito a ser disponibilizado” em situações de desequilíbrios econômicos para garantir-se frente à flutuações no balanço de pagamentos, já que o BIRD não possuía margem para manobras desatreladas à reconstrução e desenvolvimento⁵³. Afinal, afirmava que “nações exportadoras de bens primários corriam maiores riscos cambiais que os países exportadores de manufaturados, dadas as flutuações do mercado internacional de matérias-primas”, as quais poderiam causar desequilíbrios graves nos preços relativos dos produtos⁵⁴.

⁵² BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 553.

⁵³ Em Atlantic City, o Brasil tentou introduzir uma cláusula aproximando FMI e BIRD em prol de seus objetivos, a qual, apesar de ter sido ao cabo rejeitada, ganhou apoio da Inglaterra. Essa, redigida por Keynes, teria “a seguinte redação: ‘*In exceptional circumstances, the Bank, acting in agreement with the International Monetary Fund and in support of its policy, may make or guarantee a loan which is not tied to any particular Project but is designed to foster the general capacity of a member country to recover equilibrium in its balance of payment by expansion of exports and in other ways*’” (BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 560).

⁵⁴ BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 551

Mesmo não tendo obtido sucesso no aumento do montante⁵⁵, o Brasil garantiu a aprovação de uma *waiver clause*, a qual admitia “a possibilidade do FMI isentar determinados países do cumprimento dos limites de recursos [oferecidos pela instituição] em circunstâncias especiais”, principalmente os agroexportadores expostos a flutuações em suas balanças em razão de repentinas quedas nos valores das commodities⁵⁶, como era o seu caso.⁵⁷

E uma vez que nessa conferência a discussão de uma organização internacional que regulasse o comércio internacional (a cobiçada OIC) não foi possível pela limitação imposta pelo congresso Norte-Americano⁵⁸, o Brasil aproveitou a oportunidade para firmar acordos bilaterais com os próprios Estados Unidos, sugerindo “um plano de elevação de produtividade agrícola a partir da importação de máquinas norte-americanas”⁵⁹. A justificativa para engajar-se em tais negociações fora justamente aumentar abastecimento alimentar com a produção de milho, arroz, amendoim e legumes, cuja ampliação era obstada pela impossibilidade de adicionar vagas no campo, eis que as massas já haviam sido direcionadas à extração de minérios e borracha durante a guerra, pendendo de maquinário agrícola específico para a sua

⁵⁵ Além disso, o Brasil chegou a defender que “o mercado de bens primários deveria ser protegido por um aparato institucional multilateral similar ao utilizado para o mercado de câmbio” – proposta essa deixada de lado nas discussões (BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 554).

⁵⁶ Em 1963, cria-se o *Compensatory Financing Facility*, programa do FMI que objetivava conceder assistência financeira nesses mesmos casos, tendo sido o Brasil o primeiro a utilizá-lo (HELLEINER, Eric. **Forgotten Foundations of Bretton Woods**: international development and the making of postwar order. Nova York: Cornell University, 2014, p. 272).

⁵⁷ BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 552.

⁵⁸ BARRAL, Welber. **O Brasil e a OMC**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2003, p. 23.

⁵⁹ BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 555.

realização.⁶⁰ Ademais, maquinário ferroviário e de extração mineral, dragas de sucção e auto-transportadoras para serviços portuários também estavam em pauta, em que pese a atenção dos norte-americanos estar mais direcionada à Europa.⁶¹

Multilateralmente, a ideia de facilitar e promover fluxos comerciais inter-estatais só seria retomada na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, realizada em Havana no ano de 1947.⁶² Nessa conferência, porém, cumpre salientar a posição do Brasil e dos demais países em desenvolvimento, os quais “ênfaticamente a necessidade de tratamento diferenciado mais favorável, principalmente tendo em consideração que suas exportações resumiam-se a produtos primários”, advogando, por força disso, pela criação de quotas de importação e de exceções à reciprocidade e à cláusula da nação mais favorecida na tentativa de fomentar a industrialização⁶³.

Por isso, durante essas negociações, “as questões atinentes ao comércio de produtos agrícolas em geral e as matérias primas básicas (cacau, açúcar, trigo, café, etc.) em particular”, foram alvos de debates⁶⁴. Entretanto, por pressão dos Estados Unidos, previsões agrícolas específicas foram excluídas⁶⁵,

⁶⁰ BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009, p. 555-556.

⁶¹ SARETA, Fausto. O Governo Dutra na Transição Capitalista do Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. **História Econômica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 104.

⁶² THORSTENSEN, Vera. **OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001, p. 30; MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Econômico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993, p. 88-89.

⁶³ SABA, Sérgio. **Comércio Internacional e Política Externa Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 74

⁶⁴ SOLER, Montserrat M.; HUET, Patrícia G. Las Normas del Comercio Agrícola Internacional y la Seguridad Alimentaria. In: RAFOLS, Xavier Pons. (ed.) **Alimentación y Derecho Internacional**. Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 360.

⁶⁵ SABA, Sérgio. **Comércio Internacional e Política Externa Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 74-75.

permanecendo apenas regras esparsas que tangenciavam o tema, tal como a possibilidade de impor restrições quantitativas.⁶⁶

Logo, tem-se que é com a conclusão Carta de Havana, cujo Capítulo IV sobre matéria aduaneira foi adotado de forma provisória – o chamado Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em inglês) – que a regulação do comércio internacional no plano internacional ganha forma, mesmo que de forma dividida entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, sobretudo, acerca da questão da industrialização e do papel da agricultura para promover o desenvolvimento.⁶⁷

De certa forma, essa posição brasileira se alinhava ao argumento que seria preconizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão onusiano instituído em 1948 “com a principal finalidade de auxiliar os países latino-americanos na tarefa de promover um melhor desenvolvimento econômico”, garantindo a sua industrialização e uma maior independência frente aos países desenvolvidos⁶⁸. Ademais, tal posição também correspondia ao anseio doméstico de desatrelar-se do comportamento externo (demanda externa) para determinar os investimentos domésticos, que viria a ser reafirmado no segundo governo Vargas, no governo de Kubitschek e na Ditadura Militar.⁶⁹

Isso, pois, internamente, o Brasil continuava a notar a importância e (inter)dependência da indústria à agricultura, seja para o consumo direto dos

⁶⁶ THORSTENSEN, Vera. **OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001, p. 30-31 e 41.

⁶⁷ LAFER, Celso. O GATT, a Cláusula de Nação Mais Favorecida e a América Latina. **Revista de Direito Mercantil**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, pp. 42-56, 1971, p. 43-44

⁶⁸ HAFFNER, Jacqueline A. **A CEPAL e a Industrialização Brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 12.

⁶⁹ CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 12.

bens (os quais eram mantidos a preços subsidiados pelo crédito rural e pelos preços mínimos), para impulsionar setores industriais de base ligados à agropecuária (como transportes, química, etc.), ou para financiar as necessidades industriais (garantindo o equilíbrio da balança comercial)⁷⁰. Noutros termos, a economia “estava focada na modernização urbano-industrial e nos desajustes macroeconômicos” atribuindo à agricultura o papel “de assegurar o abastecimento interno de alimentos e insumos agropecuários e o de contribuir na geração de divisas”.⁷¹

Inclusive, em períodos de turbulência cambial, como aqueles havidos no final da década de 1940 e de 1970, medidas de contenção de importações eram adotadas a fim de melhor usar as divisas nacionais, de modo que os critérios para a imposição de limitações era sempre a essencialidade que determinados bens detinham para a agricultura e, logo, para a indústria e a manutenção do índice de desenvolvimento.⁷²

Em vista disso, o Estado brasileiro não deixou de buscar a formulação de um arcabouço legal no plano multilateral para resguardar os seus interesses. Ao longo do GATT, foram oito rodadas de negociação para o desenvolvimento das regras do comércio internacional. Nas cinco primeiras Rodadas⁷³ não foram

⁷⁰ FONTE, Eliane Maria M. As Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil a partir de 1930. In: SCOTT, Parry; CARNEIRO, Rosineide. (orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero**. Recife: Editora UFPE, 2006, p. 56-57.

⁷¹ MUELLER, Charles C. A Política Agrícola no Brasil: uma visão de longo prazo. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, a. XIX, ed. esp., pp. 09-23, jul. 2010, p. 17.

⁷² MALAN, Pedro S. **Política Externa e Industrialização no Brasil 1939/52**. Rio De Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p. 354-356; MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD Ed., 1999, p. 46.

⁷³ As cinco primeiras Rodadas são: Genebra de 1948, Annecy de 1949, Torquay de 1951, Genebra de 1956 e Dillon de 1960-1961 (THORSTENSEN, Vera. **OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001, p. 31). Destaca-se, dentre essas, a de Genebra de 1956, quando o Brasil questionou as medidas europeias, as quais, com a assinatura do Tratado de Roma em 1957 viriam, segundo o governo, a contrariar as regras do GATT, devendo haver uma redução dos direitos aduaneiros desse bloco

adotadas medidas específicas para a liberalização do comércio agrícola, tendo sido a discussão deslocada momentaneamente para a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, em inglês) no ano de 1964, justamente em razão dessa insatisfação dos países em desenvolvimento em terem seus interesses excluídos dos debates.⁷⁴

Contudo, na Rodada Kennedy, a sexta rodada ocorrida ao final da década de 1960, já se começou a tangenciar o tema agrícola, vez que na pauta de negociações estavam, além das concessões tarifárias recíprocas, as discussões acerca de subsídios agrícolas (não adotadas) e medidas *antidumping* (adotadas no 'Código Antidumping').⁷⁵ Ato contínuo, as questões envolvendo produtos primários começaram a desenrolar-se com mais vigor com o advento da Rodada de Tóquio, ocorrida entre 1973 e 1979⁷⁶, onde o Brasil mantinha o seu posicionamento de adotar medidas que criassem opções ao Estado no caso de uma balança de pagamentos desfavorável, no caso, da adoção de práticas discriminatórias e de tratamento diferenciado para países em desenvolvimento – incluídos ao final desse evento nas regras do GATT.⁷⁷

Nesse sentido, nota-se que o desenvolvimentismo, viés “destinado a balancear a funcionalidade do Estado” entre a industrialização e o crescimento econômico em detrimento de uma diplomacia tão-somente agroexportadora, equacionando os interesses econômicos e sociais, tornou-se não apenas uma

para com os países latino-americanos (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002, p. 298-299).

⁷⁴ CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 86.

⁷⁵ THORSTENSEN, Vera. **OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001, p. 32.

⁷⁶ THORSTENSEN, Vera. **OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001, p. 31-32.

⁷⁷ SABA, Sérgio. **Comércio Internacional e Política Externa Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 90.

agenda interna como também externa do Brasil.⁷⁸ Como resta claro, por esse paradigma, promoveu-se a indústria nacional por meio da diplomacia e das negociações externas, com o cuidado de fazer com que os produtos primários (o instrumento estratégico brasileiro) trabalhassem para promover o Brasil e suprir as demandas da sua sociedade e economia, buscando sempre superar as diferenças do desenvolvimento econômico existentes entre os países no plano internacional. Quer isso dizer que a agricultura apresentou papel central para o desenvolvimento nacional, sendo, por isso, defendida tanto internamente quanto internacionalmente, pelo Brasil e pela própria ONU (através da CEPAL).

Ocorre que esse paradigma sofre transformações importantes na década de 1980, momento esse que não só transformações internas promovem a alteração do projeto político-econômico nacionalista pátrio (o fim da Ditadura Militar), mas também aspectos externos (a “vitória” do liberalismo norte-americano com o fim da Guerra Fria) passam a influenciar o surgimento de um novo paradigma para a política externa brasileira, atingindo diretamente a questão agrícola, como ver-se-á na sequência.

3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE PARADIGMAS E AS NEGOCIAÇÕES DA RODADA DO URUGUAI: A CONSTANTE MUDANÇA DE POSICIONAMENTO DO BRASIL ANTE A MATÉRIA AGRÍCOLA.

Afetada pelos impactos da crise da dívida externa que atingira a América Latina como um todo na década de 1980, somado às transições democráticas e neoliberais que ocorreriam no próprio país e no mundo ao final do século XX, a economia brasileira se transforma. Afinal, era preciso buscar

⁷⁸ CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 14.

outras formas de contornar os problemas financeiros que lhe afligiam, particularmente o endividamento externo, na casa dos US\$110 milhões em 1985, e a hiperinflação, cuja *média* restou em 900% no referido período.⁷⁹

Com a globalização econômica, não seria mais possível uma visão totalmente nacionalista, haja vista ela ter trazido consigo o esvaziamento do Estado e a transmissão dos meios de controle dos atores nacionais ao mercado, de modo que as “decisões [seriam] tomadas em outros lugares sobre as quais [o país] têm escasso poder de influência”⁸⁰. Noutras palavras, a desestatização é quem traria um “Estado financeiramente mais eficiente e equilibrado”⁸¹. Logo, o Brasil teve de ajustar a economia e aderir a uma nova postura, aquiescendo à abertura dos mercados, buscando atrair fluxos de capitais estrangeiros, procurando deslocar a restrição externa, passando a controlar a inflação e concordando em integrar o mercado financeiro interno ao externo⁸² – um modelo evidentemente neoliberal de internacionalização da economia.

No entanto, considerando que a política externa de um país deveria expressar o projeto nacional em curso na esfera internacional; uma vez alterado o plano doméstico, a política externa igualmente deveria ser modificada.⁸³ Por isso, o início da década de 1990 é marcado pela busca de um novo paradigma que representasse a política externa brasileira frente aos novos arranjos (inter)nacionais, já que não mais falar-se-ia mais em nacional-

⁷⁹ GRASEL, Dirceu; PEREIRA, Benedito Dias. Contextualização e fases do endividamento externo brasileiro: 1964-92. **Revista de Estudos Sociais**. Cuiabá, v. 5, n. 10, pp. 7-21, 2011, p. 16.

⁸⁰ ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. **Globalização e Estado Contemporâneo**. São Paulo: Memoria Jurídica, 2011, p. 83.

⁸¹ TAVARES, André Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Método, 2006, p. 66.

⁸² CARDOSO, Tatiana de A. F. R.; RUCKS, Jessika T.; SOUZA, Renata M. A Retomada da Hegemonia Norte-americana e seus Impactos sob a América Latina. **Revista Videre**, Dourados, v. 4, n. 8, pp. 30-40, 2016, p. 38.

⁸³ CRUZ, Sebastiao Carlos Velasco e. **O Brasil no Mundo: ensaios de análise e perspectiva**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 80

desenvolvimentismo. Outrossim, tampouco adotar-se-ia um único paradigma⁸⁴; na verdade, trabalhar-se-ia com vários paradigmas, fazendo com que a década de 1990 ficasse conhecida como o período da “dança dos paradigmas”⁸⁵, fazendo com que não houvesse uma unicidade de posicionamentos por parte do Brasil no que tange a sua atuação internacional ao longo dos anos, prejudicando o conjunto de seu desenvolvimento econômico – incluindo-se aqui o agrícola.

Inicialmente, durante o governo Collor, o Brasil aderiu ao neoliberalismo, observando fielmente o receituário concedido pelo Consenso de Washington⁸⁶. Este incluía o tripé composto pela estabilização da economia (pelo câmbio sobrevalorizado e pelo combate à inflação), realização de reformas estruturais (como as privatizações de empresas públicas, a desregulamentação de mercados agrícolas e industriais e a mitigação fiscal) e pela retomada dos investimentos estrangeiros (eliminando-se restrições às importações). Desta feita, como explana Filgueiras⁸⁷,

⁸⁴ Explica Cervo que “um paradigma, em ciências humanas e sociais, equivale a uma explanação compreensiva do real. [...]. [Ou seja,] desempenha a superior função de organizar a matéria objeto de observação, restring[indo]-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana. Em razão dessa versatilidade e flexibilidade, não deve o leitor exigir de um paradigma o encaixe de todas as variáveis, dependentes, independentes ou intervenientes, na explicação de um tema de estudo”. Por isso, explica o autor que nas ciências humanas e sociais, a “coexistência de paradigmas, [...] embora paradoxal, é possível” (CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 1, pp. 05-35, 2002, p. 06).

⁸⁵ CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 1, pp. 05-35, 2002, p. 06.

⁸⁶ Trata-se de “um conjunto de medidas preconizado pelo FMI e pelo Banco Mundial [sucessor do BIRD anteriormente relatado] para estabilizar as economias dos países capitalistas periféricos a fim de adaptá-los à nova ordem economia mundial” (ALCOFORADO, Fernando. **Globalização e Desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 2006, p. 107).

⁸⁷ FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo editorial, 2000, p. 84.

[...] pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais.

Levando a cabo esses ideais, edita-se o Plano Collor I em março de 1990. Através deste, pretendia-se “estabilizar rapidamente a economia e prepará-la para a expansão liderada pelo investimento privado”, sendo composto especialmente por reformas fiscais (como a elevação do Imposto sobre produtos Industrializados, aumento do Imposto de Renda sobre o setor agrícola, a instituição do Imposto sobre Operações Financeiras e suspensão e/ou eliminação de incentivos), monetárias (substitui-se o cruzado novo pelo cruzeiro, bloqueiam-se recursos financeiros e institui-se o câmbio flutuante para tentar conter a inflação) e administrativas (reduzem-se os números de ministérios e autarquias federais)⁸⁸.

Em janeiro de 1991, haja vista o malogro do plano econômico anterior, estabelece-se o Plano Collor II, por meio do qual se pretendia reverter a inflação ainda ascendente, além de conter os gastos públicos e estabelecer uma política de rendas efetiva. Nesse sentido, optou-se por congelar os salários e os preços, controlar a dívida pública por meio de uma contenção rígida de gastos e de cortes nas despesas da união, estados e municípios, além de desindexar a economia, em especial à variações da inflação passada.

⁸⁸ DALMAZO, Renato Antônio. O ajuste macroeconômico brasileiro e o desmantelamento do setor produtivo estatal. In: BERNI, Duilio de Ávila. **Reflexos da reestruturação produtiva mundial sobre a economia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 161.

Todavia, os projetos do então presidente Collor não foram considerados prósperos no âmbito doméstico. Segundo Fiori⁸⁹, “a eficácia dos choques econômicos concebidos na forma de pacotes administrativos mais ou menos ortodoxos durou pouco”, demonstrando “capacidade de controle do processo inflacionário [apenas] por um período limitado de tempo”.⁹⁰ Logo, “[a]o invés de alcançar a desejada eficiência no[s] plano[s] econômico[s], constat[ou]-se exatamente o contrário”: além de não conter os níveis inflacionários, “a economia estagn[ou], a dívida pública cresce[u], o nível de desemprego [aumentou] (6,5 milhões de desempregados) [...] e a fome e a miséria da população se alastra[ra]m pelo país”.⁹¹

No setor agrícola, especificamente, diminui-se o acesso ao crédito rural, já que havia uma “maior seleção de beneficiários na utilização dos recursos em detrimento dos pequenos e médios produtores rurais”⁹². Quadro esse que resulta não só na concentração da terra, aumentando as desigualdades, como também se gera a mencionada fome e pobreza, haja vista fomentar o êxodo

⁸⁹ FIORI, José Luís. Poder e Credibilidade: o paradoxo político da reforma liberal. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 25, pp. 185-196, 1992, p. 185.

⁹⁰ A eficácia dos referidos planos também apresentaram-se “dúpliques” para o setor agrícola, como explica Colleti: “os períodos iniciais de aplicação dos “planos heterodoxos” de combate à inflação [...] foram acompanhados sempre [...] de uma certa “euforia” da agricultura, traduzida em maiores investimentos e endividamento agrícolas, que, mais tarde, revelar-se-ia equivocada e traiçoeira. Tal “euforia” decorria de um aumento generalizado dos preços dos produtos agrícolas domésticos e do preço da terra, como consequência da fuga dos capitais do mercado financeiro em direção aos ativos reais da economia. O fracasso de tais planos, no momento seguinte, levava a um processo inverso: retorno dos investidores aos ativos financeiros, com consequente queda dos preços agrícolas e do preço da terra. [Por isso que] [...] o PIB agrícola [chegou] a ostentar uma queda absoluta no biênio 1990-1991” (COLLETI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. **Revista Lutas & Resistências**. Londrina, v.1, pp.131-145, set. 2006, p. 138-139).

⁹¹ ALCOFORADO, Fernando. **Globalização e Desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 2006, p. 108.

⁹² SENJU, Eliana Kiyomi; SILVA, Hylana Araújo. O padrão de financiamento agrícola a partir dos anos 90. **Revista de Economia da UEG**. Anápolis, v. 2, n. 2, pp. 01-20, jul./dez. 2006, p. 06; BRASIL. **Lei Federal n. 8.171**. Publicada no D.O.U. em 18 jan. 1991. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em 23 jul. 2015.

rural e o posterior desemprego, como também a própria diminuição da produção de alimentos, dado que no Brasil “cerca de 70% dos alimentos são provenientes da agricultura de pequena escala”⁹³.

Ao mesmo tempo, impende notar a adoção da Lei Federal n. 8.171 de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola Nacional, a qual pugna pelo aumento da participação do setor privado tanto em investimentos quanto “na comercialização de produtos agrícolas”⁹⁴. Contudo, segundo Negri, Salermo e Castro⁹⁵, a “abertura comercial [...] encontrou uma indústria acomodada, sem estímulo para a inovação e para a diferenciação de produtos. A indústria brasileira teve dificuldades para inserir-se internacionalmente, pois [...] relativamente menores diante de seus congêneres internacionais” – incluindo-se, nesse âmbito, a agroindústria, a qual é um dos setores-chave na geração de comércio exterior nacional.

Ademais, “[n]o início de 1992, todas as barreiras não-tarifárias para o comércio de arroz, soja e fibras foram abolidas, e os diferenciais entre as taxas de juros rurais e os do mercado foram reduzidas”⁹⁶, de modo que a competitividade no setor aumentou, prejudicando a indústria doméstica, até então “acostumada” às proteções internas e ao câmbio desvalorizado do período desenvolvimentista⁹⁷.

⁹³ CEDRO, Rafael Rosa. **Desenvolvimento Rural e OMC: a experiência do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2011, p. 34 e 44.

⁹⁴ FAVERO, Celso Antônio. Globalização e as Novas Tendências dos Agricultores. **Caderno CHR**. Salvador, n. 28, pp. 27-57, jan./jun. 1998.

⁹⁵ NEGRI, João Alberto de; SALERNO, Mário Sérgio; CASTRO, Antônio Barros de. Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. In: NEGRI, João Alberto de; SALERNO, Mário Sérgio (orgs.). **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005, p. 06.

⁹⁶ FAVERO, Celso Antônio. Globalização e as Novas Tendências dos Agricultores. **Caderno CHR**. Salvador, n. 28, pp. 27-57, jan./jun. 1998., p. 41.

⁹⁷ COLLETTI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. **Revista Lutas & Resistências**. Londrina, v.1, pp.131-145, set. 2006, p. 138.

Por outro lado, externamente, o paradigma neoliberal empregado no governo Collor espelhava esses ajustes que se tentavam imprimir na política econômica nacional, a qual acabou por reverberar nos assuntos atinentes ao comércio agrícola. De acordo com Silva⁹⁸, “o Brasil começou a década de 1990 com uma política externa voltada à adequação dos preceitos estabelecidos pelos países desenvolvidos, configurando um alinhamento à política norte-americana” e ignorando “relacionamentos de grande importância em outros (e novos) pólos [*sic*] de poder econômico”.

Noutros termos, preferiu construir uma agenda alinhada com os Estados Unidos, mesmo que isso afastasse o seu relacionamento com outras regiões. Acreditava, por conseguinte, que ao entender-se bilateralmente com esse, poderia afastar a característica de terceiro-mundista que o cercava. Afinal, “o objetivo da política externa de Collor era obter para o Brasil o acesso a novas tecnologias”, logo, estabelecer laços com esse gigante parecia-lhe essencial⁹⁹.

Apesar disso, essa leitura mostrava ser “um retrocesso ao século XIX”, ao passo que a abertura comercial que Collor propunha “dar-se-ia de forma unilateral e independente de um mínimo de reciprocidade dos parceiros – quanto mais concorrentes – externos”¹⁰⁰. Por essa perspectiva, portanto, parece que as prioridades brasileiras não estariam no plano multilateral e tampouco em acordos voltados para além de escambos inter-setoriais típicos do comércio norte-sul. É o que se vislumbra da tabela abaixo:

⁹⁸ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 111.

⁹⁹ VISENTINI, Paulo Fagundes. A política Externa Brasileira em Transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: MARTINS, Estevão Chaves de R. (org.). **Relações Internacionais**: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 73.

¹⁰⁰ VISENTINI, Paulo Fagundes. A política Externa Brasileira em Transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: MARTINS, Estevão Chaves de R. (org.). **Relações Internacionais**: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 72-73.

Tabela 3 – Comparativo do Comércio Exterior Brasileiro de 1985 e 1992.¹⁰¹

<i>Brasileiras</i>	<i>Importações</i>		<i>Exportações Brasileiras</i>	
	1985	1992	1985	1992
Regiões				
Estados Unidos	19,8%	54,0%	27,3%	19,7%
Europa Ocidental	17,6%	22,2%	30,0%	29,7%
Europa Oriental	2,3%	1,7%	3,9%	1,0%
América Latina	12,2%	15,9%	8,6%	19,9%
Oriente Médio	22,1%	16,5%	5,9%	5,2%

Fonte: elaborado pelo autor com dados de BAER, Werner. A **Economia Brasileira**. 3ª ed. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2009, p. 251.

Note-se que, ao mesmo tempo, desde 1986 negociava-se no ambiente do GATT a Rodada do Uruguai. Ademais, ressalta-se que desde o princípio dessa oitava rodada de negociações, o Brasil compunha o Cairns, grupo formado conjuntamente com Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai, na tentativa de formar uma terceira frente nas discussões sobre agricultura, restando *ao lado* Estados Unidos e Europa, reivindicando a liberalização do mercado agrícola mundial e a diminuição de subsídios¹⁰² – posição que se aproximava as reivindicações ainda do período anterior.

Entretanto, considerando o viés externado por Collor para a política exterior brasileira, por certo que a adesão e a assiduidade do Brasil no grupo não eram as mesmas do seu princípio. Isso porque, “durante os anos 1990, o governo brasileiro atuava no GATT com uma postura moderada” aproximando-se de Estados Unidos e até da Europa, dependendo do tema em pauta, seja

¹⁰¹ Compõe os números de importação, sobretudo, maquinário e equipamentos (quase 30%), óleo cru e derivados e produtos químicos. Já as exportações mais significativas são de manufaturados (mais de 60%), café, açúcar, minério de ferro e soja e derivados (BAER, Werner. A **Economia Brasileira**. 3ª ed. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2009, p. 250).

¹⁰² THORSTENSEN, Vera. **OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001, p. 68.

abertura dos mercados agrícolas (norte-americanos) ou para regras de investimentos e concorrência (europeus).¹⁰³ Além disso, evitava “um discurso reivindicatório de perfil terceiro-mundista”, de modo que “o governo brasileiro já vinha sentindo certo desconforto com as posições do Grupo” Cairns no tocante a defesa de países exportadores de gêneros agrícolas levada à cabo por ele¹⁰⁴.

Inclusive, Bevir¹⁰⁵ salienta a perda de espaço do Cairns nesse período por “encorajar o multilateralismo em detrimento do bilateralismo entre os grandes poderes”, haja vista os seus membros estarem interessados em outros arranjos (bilaterais/regionais). Essa afirmativa igualmente encontra respaldo quando “Collor subitamente acelerou a integração Brasil-Argentina, com a criação do Mercosul, juntamente com Uruguai e Paraguai”, tendo em mente “ingressar de forma mais rápida no mundo globalizado”¹⁰⁶, representando quase 70% do aumento do volume das exportações realizadas pelo Brasil no ambiente Latino-Americano.

Ocorre que tal posição neoliberal poria em cheque toda a construção nacional desenvolvida e amplamente defendida desde 1930, haja vista a vulnerabilidade que o país apresentaria frente não só aos gigantes já adaptados às práticas das forças de mercado, como também no seu espaço doméstico pelo alargamento da fome, pobreza e exclusão oriundas da sua primeira tentativa neoliberal – cenário esse que induziu a crise e a consequente ruína do

¹⁰³ Segundo Batsista, nas conferências de Montreal (1988) e Genebra (1989) da Rodada do Uruguai o Brasil já se alinhava aos Estados Unidos “não só na questão agrícola, mas igualmente no que se refere aos novos temas” que este advogava para as negociações multilaterais (BATISTA, Paulo Nogueira. *Perspectivas da Rodada Uruguai: implicações para o Brasil. Estudos Avançados*. São Paulo, v. 6, n. 16, pp. pp. 103-116, 1992, p. 111).

¹⁰⁴ VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção Internacional do Brasil: 1930-2012**. Ed. digital. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

¹⁰⁵ BEVIR, Mark. **Encyclopedia of Governance**. London: Sage Publications, 2007, p. 65-66.

¹⁰⁶ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Cardoso (1995-2002)**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 112.

governo Collor. E com o impeachment do então presidente, ascende ao poder Itamar Franco, voltando-se a outro paradigma: o neo-desenvolvimentista.

A política econômica do novo governo priorizava “a retomada do crescimento e o combate à miséria”¹⁰⁷. Para tanto, pode-se mencionar um novo plano econômico na tentativa de reduzir a inflação e garantir a estabilidade monetária, bem como projetos de apoio ao pequeno produtor rural, as quais aglutinam o neoliberalismo e o desenvolvimentismo.

O primeiro refere-se ao Plano Real, aplicado a partir de 1993, o qual apresentava como eixos principais o ajuste fiscal (traduzido pelo aumento coletivo de impostos em 5%, pelo corte nos gastos públicos na casa dos US\$7 bilhões e pela assinatura de acordos relativos a dívida externa junto aos credores e o FMI) e “um novo sistema de indexação [a Unidade Real de Valor, URV, na tentativa de estabilizar os preços sem congelá-los como nos planos anteriores] que levaria progressivamente a uma nova moeda” – o Real, cuja implementação deu-se em 1º de julho de 1994¹⁰⁸. E os resultados do plano foram positivos: a inflação foi finalmente reduzida, variando de um a cinco por cento mensais; o índice de crescimento da economia brasileira voltou a acender, haja vista o aumento da produtividade e do próprio poder de compra da população¹⁰⁹; e os setores da industrial e agrícola reagiram positivamente, crescendo em 6,7% e 5,5% respectivamente no ano de 1994¹¹⁰.

¹⁰⁷ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 112.

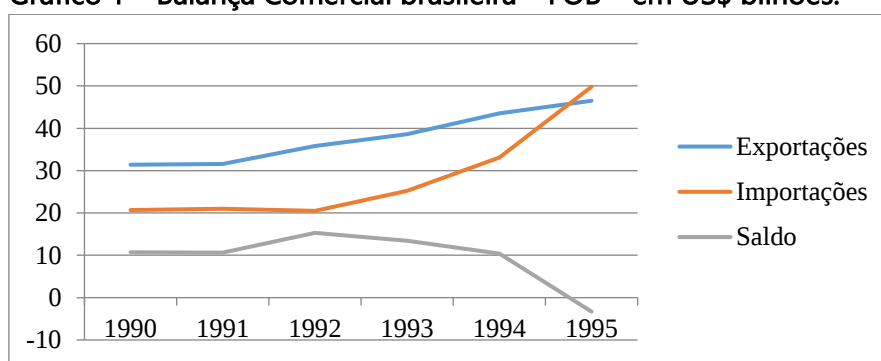
¹⁰⁸ BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 3ª ed. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2009, p. 221.

¹⁰⁹ BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 3ª ed. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2009, p. 221.

¹¹⁰ GIAMBIAGI, Fábio; VILELLA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jeniffer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 158-159.

Apesar disso, a “participação do Brasil nas exportações mundiais sofreu queda significativa, caindo de 1,28% para 0,94%”; ademais, o Real valorizou-se frente ao dólar, de modo que as importações aumentaram continuamente: 16,3% em 1993 e 12,6% em 1994¹¹¹. Esse panorama, por conseguinte, levou a uma diminuição da balança comercial brasileira, como se vislumbra do gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Balança Comercial brasileira – FOB – em US\$ bilhões.



Fonte: elaborado pelo autor com dados de FERRARI FILHO, Fernando. O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico? **Análise Econômica**. Porto Alegre, a. 19, n. 35, pp. 05-21, mar. 2001, p. 11.

Além dessa faceta nitidamente neoliberal, um dos exemplos de medidas desenvolvimentistas domésticas elaboradas no governo Franco foi a edição da Lei Federal n. 8.629 de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, materializando a função social da propriedade, de modo que terras pudessem ser desapropriadas se não estivessem sendo utilizadas para tal fim¹¹². Lembre-se que na era Vargas a reforma agrária já era vista como meio de recuperação econômico-social, destinados a modernizar a

¹¹¹ GIAMBIAGI, Fábio; VILELLA, André; CASTRO, Lavínia barros de; HERMANN, Jeniffer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 158-159.

¹¹² BRASIL. **Lei Federal 8.629**. Publicada no D.O.U. em 26 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>. Acesso em 24 jul. 2015.

agricultura e incentivar o mercado consumidor doméstico, logo, importante para o desenvolvimento nacional¹¹³.

Do mesmo modo, criou-se o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), com o intuito de não apenas mitigar os impactos de uma moeda valorizada, como também das elevadas taxas de juros observadas no período, favorecendo, especialmente, os pequenos agricultores, até então invisíveis ao governo federal em termos de benefícios¹¹⁴. Esse programa tinha como objetivo estimular o desenvolvimento rural, por meio da valorização do pequeno agricultor, concedendo-lhe linhas de crédito específicas para gerar trabalho e renda¹¹⁵.

Por isso, esses são belos exemplos das mudanças políticas domésticas adotadas nesse governo no sentido de promover novas linhas estratégicas para fomentar o desenvolvimento e o crescimento econômico. E tal conjuntura interna espelhou mudanças importantes na política externa brasileira, posto que ela igualmente "foi caracterizada por uma retomada das linhas de ação do Estado desenvolvimentista", muito embora coberta por uma nova roupagem imposta pela globalização¹¹⁶.

Quer isso dizer que o Brasil continuaria com as suas reformas estruturais no plano interno, porém, aproveitaria dessa nova conjuntura (globalizada) para lhe proporcionar um melhor lugar no mundo, com maiores oportunidades de crescimento e desenvolvimento uma vez estando ele adaptado aos parâmetros

¹¹³ MOREIRA, Vânia Maria L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 329-360, 1998, p. 356.

¹¹⁴ FONTE, Eliane Maria M. As Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil a partir de 1930. In: SCOTT, Parry; CARNEIRO, Rosineide. (orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero**. Recife: Editora UFPE, 2006, p. 69.

¹¹⁵ SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo Eduardo M. (orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 22-23.

¹¹⁶ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Cardoso (1995-2002)**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 114.

do mercado internacional. Logo, nota-se a volta ao multilateralismo, onde seria possível realçar o tema do desenvolvimento¹¹⁷ e controlar o peso político dos países desenvolvidos¹¹⁸. Aliás, é por isso que dentre as prioridades brasileiras à época estava a “defesa do sistema multilateral no plano econômico”, incluindo-se a “afirmação do sistema multilateral de comércio e da integração regional [abrangendo não só o Mercosul, como também uma possível Área de Livre Comércio Sul-Americana – ALCSA]”^{119, 120}

Quanto ao GATT, designadamente, o Brasil voltou “a buscar a ampliação dos mercados internacionais para seus produtos [evitando] desviar as discussões apenas para os novos temas da agenda de comércio internacional”¹²¹, como fizera na gestão do antigo presidente a partir do seu alinhamento com os Estados Unidos¹²², garantindo, como resultado, algumas vitórias “na exportação de metais, chá, café, cacau, açúcar e óleos vegetais”¹²³.

¹¹⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002, p. 458.

¹¹⁸ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 114.

¹¹⁹ VISENTINI, Paulo Fagundes. A política Externa Brasileira em Transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: MARTINS, Estevão Chaves de R. (org.). **Relações Internacionais**: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 81.

¹²⁰ Ressalta-se a inexistência de contradições na adoção desse viés, como explica Flores: “O novo padrão de relacionamento com a América Latina ligava-se a outra evolução marcante da diplomacia brasileira. A prioridade o fortalecimento do sistema de comércio internacional baseado em regras multilaterais passou a ter, nas iniciativas de integração regional, *sua complementação natural*. O Mercosul e a proposta do presidente Itamar Franco de uma Área de livre Comércio Sul-Americana [sugerida em resposta à tentativa dos Estados Unidos em formular uma Área de Livre Comércio nas américas], além de sua importância econômica e comercial, tinham profundo sentido político, na medida em que eram expressão concreta do perfil mais dinâmico do Brasil na América Latina” (grifo pelo autor) (FLORES, Maria Cândida G. **O Mercosul nos Discursos do Governo Brasileiro** (1985-94). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 98).

¹²¹ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 115.

¹²² BATISTA, Paulo Nogueira. Perspectivas da Rodada Uruguai: implicações para o Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 6, n. 16, pp. 103-116, 1992, p. 111.

¹²³ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 116.

Apesar disso, não era possível esconder o descontentamento brasileiro com o acordo *Blair House* firmado entre Estados Unidos e Europa em 1993 que seria a base para a Ata Final de Marrakesh sobre a pauta agrícola, haja vista a equiparação entre as regras aplicadas a produtos manufaturados e agrícolas, tal como o país almejava, não ter sido incorporada¹²⁴. Notável, portanto, a mudança do posicionamento brasileiro, que se afastava dos Estados Unidos (em que pese este ainda ser um grande parceiro comercial do Brasil¹²⁵), mesmo não tendo ele afetado “o curso mais profundo da Rodada do Uruguai. Mas isso não significa que ela foi em vão”, pois pavimentaria o caminho brasileiro para os anos seguintes¹²⁶.

Nesse viés, é tampouco possível afirmar que os ganhos da Rodada do Uruguai foram modestos, já que ao cabo, adotou-se o Acordo sobre Agricultura. Em seus 21 artigos e cinco anexos, o Acordo detinha como objetivo principal reformar o sistema aplicado aos produtos primários, na tentativa de guiá-lo em direção à liberalização, deixando menos espaços para distorções unilaterais dos Estados¹²⁷. Ademais, com o aprimoramento do sistema de solução de controvérsias no âmbito de uma nova estrutura intergovernamental, a Organização Mundial do Comércio, tornou-se mais viável o combate ao protecionismo dos países desenvolvidos em prol de mercados mais justos, logo, um ganho ao Brasil e ao multilateralismo por ele defendido.

¹²⁴ UPI, André Lipp B. Comércio Agrícola. In: BARRAL, Welber. (Org.). **O Brasil e a OMC**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000, p. 191-192.

¹²⁵ VISENTINI, Paulo Fagundes. A política Externa Brasileira em Transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: MARTINS, Estevão Chaves de R. (org.). **Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003, p. 84.

¹²⁶ FARIAS, Rogério de Souza. **O Brasil e o GATT (1973-1993): unidades decisórias e política externa**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 185

¹²⁷ OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT**. 1994. Anexo 1A - Acordo sobre Agricultura.

Os ventos prósperos da situação político-econômica brasileira repercutem nas eleições presidências, de modo que não foi difícil para o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ser eleito para Presidente da República. Ocorre que, esse cenário aparentemente afortunado, aglutinando o neoliberalismo e o desenvolvimento, denota justamente o oposto: que o Brasil se encaixava em uma versão malsucedida do neoliberalismo – a do “Estado normal” com meros lampejos de um Estado logístico, como defende Cervo¹²⁸.

O Estado normal sobreviria quando da incorporação de forma acelerada, ideológica e acrítica do modelo neoliberal, de modo que os seus parâmetros são seguidos sem, porém, calcularem-se os possíveis impactos negativos que advêm com a sua implantação¹²⁹. E no Brasil, os exemplos contraproducentes são múltiplos ao longo da década de 1990:

[...] o aumento da transferência de renda ao exterior, inadimplência, repetidas corridas ao FMI, conversão do comércio exterior de instrumento estratégico de desenvolvimento em variável da estabilidade monetária, regressão do processo de desenvolvimento para dentro, aumento da desigualdade social, desemprego, desnacionalização e desindustrialização.¹³⁰

Talvez, a única resposta positiva desse modelo latino-americano de Estado consistiu na tentativa do empresariado brasileiro de elevar a sua produtividade em razão da maior competitividade encontrada no mercado interno para os seus produtos face à enxurrada de produtos estrangeiros,

¹²⁸ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 1, pp. 05-35, 2002, p. 06-08.

¹²⁹ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 1, pp. 05-35, 2002, p. 11.

¹³⁰ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 1, pp. 05-35, 2002, p. 11.

sendo, para tanto, “forçados a modernizar suas plantas e métodos”¹³¹. Contudo, excepcionando-se esse fato, notou-se, na verdade, que as “dependências financeira, empresarial e tecnológica, [...] elevaram a vulnerabilidade externa do país a níveis críticos”, fazendo com que “a economia nacional, de um modo geral, voltasse-se para o setor primário, “regredi[ndo], de certo modo, ao século XIX”¹³².

Em toda parte ao longo do final do século XX, o Brasil denotou os três parâmetros essenciais que representam o Estado normal: a *subserviência* na esfera política, submetendo-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; a *destruição* na esfera econômica, dissolvendo-se o núcleo central da economia e transferindo-se a renda gerada aos países centrais; e o *regresso* do ponto de vista estrutural e histórico, levando a nação à dependência externa de produtos sofisticados, conhecimento e tecnologia em troca de matérias-primas¹³³.

Por certo que esse cenário não foi construído apenas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso; porém, durante a sua presidência é que restaram salientes os (poucos) altos e os (abundantes) baixos descritos por Cervo na sua explicação crítica de qual seria o paradigma adotado pelo Brasil. Outrossim, em meados do segundo mandato, o governo Cardoso deparou-se com “o esgotamento da matriz neoliberal, em especial após a crise financeira de

¹³¹ CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 18.

¹³² CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 19.

¹³³ CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 18; CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002, p. 457; CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001, p. 259;

1999”¹³⁴, denunciando, mais uma vez, a grande vulnerabilidade do país e a contínua existência de desigualdades entre os Estados no plano internacional, em que pese serem essas características marcantes do próprio século XXI.

O desequilíbrio criado pelo Real valorizado e pela crescente importação de bens fez com que o Brasil tivesse a sua dívida externa aumentada; logo, a manutenção cambial e as altas de juros eram o caminho encontrado para a economia doméstica continuar atrativa aos olhos do capital estrangeiro.¹³⁵ Entretanto, com a crise asiática em 1997 e o *default* russo em 1998, fizeram com que houvesse uma desestabilização financeira internacional, provocando à nível mundial, a redução do crédito e uma queda no preço dos produtos agrícolas, dentre outros problemas¹³⁶.

Esse cenário, todavia, prejudicou a economia brasileira e ressaltou os aspectos do Estado normal, pois não só repeliu o fluxo de capital internacional para o Brasil, como também caíram as exportações de commodities em razão da diminuição do preço mundial (já defasadas anteriormente por força do câmbio)¹³⁷. Assim, foi necessário intervir no câmbio, deixando-o flutuar, na tentativa de diminuir o déficit na balança de pagamentos gerado pelas constantes intervenções do governo para a manutenção cambial, e de melhorar a balança comercial¹³⁸ fomentando-se o os setores domésticos e,

¹³⁴ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 127.

¹³⁵ GIAMBIAGI, Fábio; VILELLA, André; CASTRO, Lavínia barros de; HERMANN, Jeniffer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 168-176.

¹³⁶ BONILLA, Eugênio Diaz. Globalization of Agriculture and food crisi: then and now. In: KARAPINAR, Baris; HABERLI, Christian. **Food Crisis and the WTO**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 67-68.

¹³⁷ AVERBUG, André. GIAMBIAGI, Fábio. **A Crise Brasileira de 1998/1999**: origens e consequências. Rio de Janeiro: BNDS/PNUD, 2000, p. 12-18.

¹³⁸ A balança comercial brasileira em 1996 era de *menos* US\$5.556 bilhões (as exportações estavam na ordem de US\$47.747 bilhões e as importações em US\$53.303 bilhões). Já em 1997 ela estava em *menos* US\$8.365 bilhões (as exportações estavam na ordem de US\$52.989

consequentemente, as exportações, uma vez que, com o câmbio valorizado, os produtos brasileiros tornar-se-iam mais competitivos no mercado internacional – incluindo os bens agrícolas, mesmo que seus preços estivessem mais baixos mundialmente.¹³⁹ ¹⁴⁰

As repetidas crises também repercutiram no plano do comércio internacional, quando o lançamento da Rodada do Milênio em Seattle¹⁴¹ foi boicotada por movimentos antiglobalização, criados em resposta aos efeitos negativos do neoliberalismo, a ponto de impedir que ela se desenrolasse¹⁴².¹⁴³ Apesar disso, algumas discussões ocorreram, denotando que a agricultura voltaria novamente ao centro das discussões em virtude da falta concreta de liberalização do mercado agrícola, em especial por parte de Estados Unidos e

bilhões e as importações em US\$61.354 bilhões). Ato contínuo, em 1998 *menos* US\$6.591 bilhões (as exportações estavam na ordem de US\$51.140 bilhões e as importações em US\$57.731 bilhões). E, por fim, em 1999, *menos* US\$1.198 bilhões (as exportações estavam na ordem de US\$48.011 bilhões e as importações em US\$49.209 bilhões), número mais baixo registrado até então (AVERBUG, André. GIAMBIAGI, Fábio. **A Crise Brasileira de 1998/1999: origens e consequências**. Rio de Janeiro: BNDS/PNUD, 2000, p. 12).

¹³⁹ GIAMBIAGI, Fábio; VILELLA, André; CASTRO, Lavínia barros de; HERMANN, Jeniffer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 176-178.

¹⁴⁰ Os preços das commodities agrícolas, considerando os preços de 1990 em 100%, estavam na casa de 81,1% em 1998 e em 75,9% no plano mundial, representando uma diminuição de -12,9%. Já nos países em desenvolvimento, em 1998 o preço estava em 101,0% e em 1999 83,8%, perfazendo uma queda de -17% (FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Commodity Market Review: 1999-2000**. Roma: FAO, 2000, p. 07).

¹⁴¹ AMORIM, Celso. O pós-Seattle. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do (Coord.). **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002, p. 336-337.

¹⁴² BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 46, n. 1, pp. 28-36, jan./abr. 2010.

¹⁴³ O Brasil era a favor do lançamento de uma nova rodada, como explica Corrêa, então secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores: “a diplomacia brasileira tem apoiado essa perspectiva, pois a dinâmica de uma “rodada” é mais favorável aos interesses dos países de menor peso relativo do que a dinâmica de negociações setoriais, nas quais os países mais fortes têm maior espaço de manobra para escolher os temas e ditar o ritmo dos entendimentos. Ao mesmo tempo, temos dito que o Brasil condicionará quaisquer compromissos de liberalização econômico-comercial a uma contrapartida de ganhos muito palpáveis em questões de nosso interesse, especialmente na área agrícola” (CORREA, Luiz Felipe de Seixas. O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 42, n. 1, pp. 5-29, 1999, p. 24-25).

Europa, os quais se mostravam inflexíveis quanto ao tema¹⁴⁴. Nesse sentido, a posição brasileira foi bem nítida:

O Brasil acredita que a maior responsabilidade dessa conferência e o cerne do seu mandato, foi o tratamento das distorções mais sérias que ainda afetam o comércio internacional. Especialmente, o comércio de bens agrícolas. Não é mais aceitável que certos países – justamente alguns dos mais ricos do mundo – sejam autorizados a bloquear o acesso a seus mercados agrícolas internos, ao mesmo tempo em que demandam abertura ainda maior para produtos nos quais podem competir.¹⁴⁵

Posição essa que acompanha os números do comércio exterior brasileiro, os quais ainda eram predominantemente realizados em direção aos países desenvolvidos, como demonstra o gráfico abaixo:

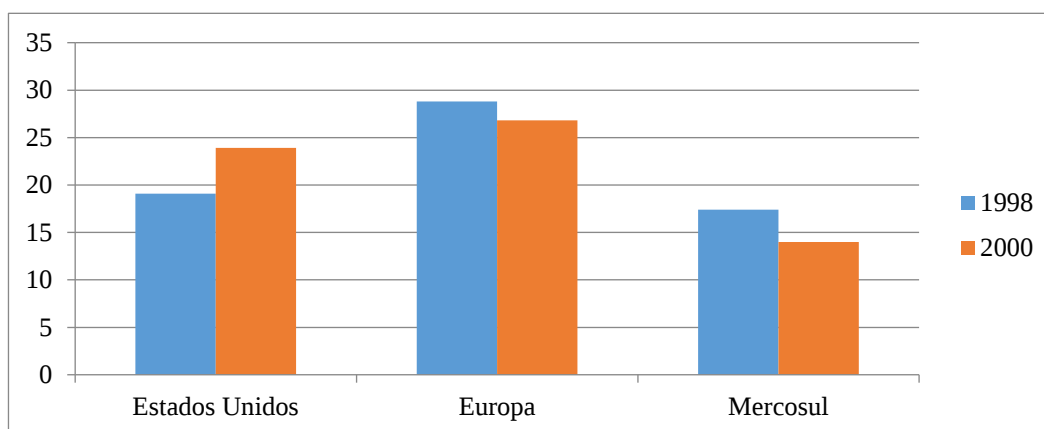


Gráfico 2 – Destino dos Fluxos de Comércio Exterior (%).

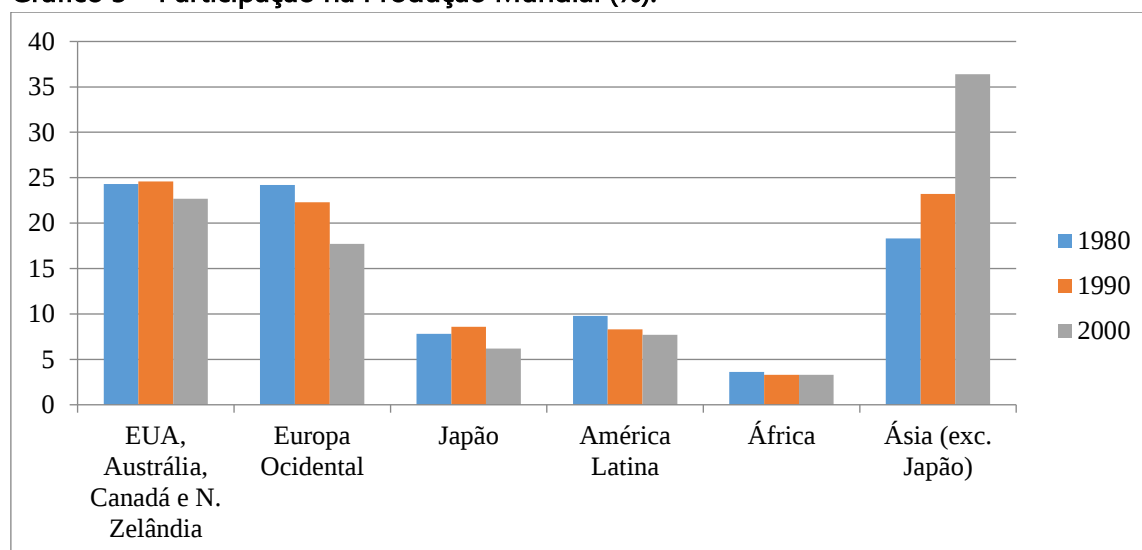
Fonte: elaborado pelo autor com dados de CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no ultimo quarto do século XX**. São Paulo: Ed. UNESO, 2002, p.333.

¹⁴⁴ AMORIM, Celso. O pós-Seattle. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do (Coord.). **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002, p. 338-339.

¹⁴⁵ LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso na III Session of the WTO Ministerial Conference. Seattle, 30 nov. 1999. *Apud*. RASZL, Simone M. Alimentos. In: BARRAL, Welber. (Org.). **O Brasil e a OMC**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. Adiciona Silva que o Chanceler invocava essa posição antes mesmo de Seattle, querendo que as negociações agrícolas fossem realizadas ainda em 1997 – e não apenas em 1999, como previa a agenda estipulada em Marrakesh (SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Cardoso (1995-2002)**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 286).

E após o insucesso da Conferência de Seattle, os Estados decidem reunir-se novamente em novembro de 2001, no Catar, lançando uma nova rodada de negociações, cuja pauta principal seria o desenvolvimento, eliminando as desigualdades ainda existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.¹⁴⁶ Afinal, mesmo com as negociações que levaram à criação da OMC no sentido de promover o comércio internacional como um todo, ainda nota-se um predomínio da produção mundial em países desenvolvidos, como se observa do gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Participação na Produção Mundial (%).



Fonte: elaborado pelo autor com dados de CEPAL. *La Transformación Productiva: 20 años después – viejos problemas, nuevas oportunidades*. Santiago: ONU/CEPAL, 2008, p. 20.

Desta feita, a Rodada de Doha tinha como objetivo continuar as negociações anteriormente finalizadas em Marrakesh, buscando corrigir as restrições do mercado advindas do (ainda existente) protecionismo imposto

¹⁴⁶ SILVA, André Luiz Reis. *Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Cardoso (1995-2002)*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 290.

pelos países desenvolvidos. E um dos temas centrais é a agricultura¹⁴⁷, em razão do seu papel chave para o crescimento econômico, a criação de emprego e o combate à pobreza¹⁴⁸. E o Brasil apoiou esse encaminhamento, esperando “evitar resultados favoráveis apenas às nações avançadas” e alcançar regras “mais transparentes, fixas e justas”¹⁴⁹.

Apesar disso, note-se que o governo Brasileiro procurava “não assumir compromissos de imediata liberação comercial”, utilizando a temática agrícola como poder de barganha frente a outros temas que lhe interessavam, temendo que a sua abertura imediata pudesse causar um segundo choque na economia pátria a partir dada entrada em grande quantidade de produtos norte-americanos no mercado doméstico, “aumentando o déficit comercial e comprometendo o balanço de pagamentos”¹⁵⁰.

Mesmo assim, esse posicionamento denota a manutenção do multilateralismo no governo Cardoso, porém, agora ciente de que não se deveria regressar a uma posição primário-exportadora, passando a reivindicar um maior protagonismo não só nessa organização¹⁵¹, como também em negociações regionais, como o Mercosul, em que pese as crises que esse

¹⁴⁷ A Declaração Ministerial de Doha, no seu item 13, primeiramente reafirma o seu propósito de estabelecer um sistema agrícola mundial menos distorcido pelos Estados, nos seguintes termos: [...] *We recall the long-term objective referred to in the Agreement to establish a fair and market-oriented trading system through a programme of fundamental reform encompassing strengthened rules and specific commitments on support and protection in order to correct and prevent restrictions and distortions in world agricultural markets*” (OMC, **The Doha Mandate**. Genebra: OMC, 2001. Arts. 13 e 14 (agricultura). Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/dohaagmandate_e.htm>. Acesso em 16 mar. 2015).

¹⁴⁸ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 290.

¹⁴⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002, 458 e 472.

¹⁵⁰ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 315.

¹⁵¹ SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009, p. 129 e 133.

ambiente sofrera em razão das dificuldades do modelo econômico que à ele se imprimia¹⁵² e a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a ser detalhada na sequência do texto.

Com isso, pode-se dizer que os últimos anos do século XX não foram benéficos ao Brasil como foi o período antecessor. A falha, entretanto, não pode ser atribuída somente ao neoliberalismo, posto que o Brasil não soube dosá-lo no plano interno. Conceitualmente, o neoliberalismo, de fato, provoca uma distribuição desigual, já que cabe ao mercado alocar os recursos de forma eficiente; por outro lado, a configuração brasileira pensada em 1988 não pretendia romper plenamente com o Estado, ainda apontando a este a responsabilidade de pro(mo)ver a justiça social, corrigindo as disfunções operacionais do mercado¹⁵³.

Essa falha, por vezes, foi corrigida, como se pode notar em alguns projetos que visavam promover o desenvolvimento no campo; noutras, todavia, não demonstrou disposição para direcionar os agentes, como no plano do comércio agrícola internacional, não conseguindo (como no governo Franco) ou até mesmo não tentando (como no governo Collor) buscar mais mercados para as commodities brasileiras, as quais perderam cada vez mais espaço não só no plano internacional (em razão do Mercosul ou da tentativa de alinhar-se ao norte), como no plano interno (pela pequena e demorada modernização doméstica), dadas as escolhas econômicas realizadas durante a década de 1990. Outrossim, pode-se dizer que esse cenário se altera com o governo Lula da Silva, como se verá na sequência.

¹⁵² VISENTINI, Paulo Fagundes. A ALCA e seu sentido estratégico: desafio ao Brasil e ao Mercosul. **Indicadores Econômicos Fundação de Economia e Estatística**. Porto Alegre, v. 29, n. 3, pp. 127-146, 2001, p. 137-138.

¹⁵³ VELÁS NUNES, Antônio J. **As voltas que o Mundo Dá**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 169-173; GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 46.

4. A ASCENSÃO DO ESTADO LOGÍSTICO E A POSIÇÃO BRASILEIRA NAS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO SOBRE AGRICULTURA: MUDANÇAS VISÍVEIS?

Para além do desenvolvimentismo, o qual, apesar de ser um modelo muito benéfico para o desenvolvimento econômico doméstico, não tem espaço na conjuntura mundial globalizada, outros paradigmas foram pensados: o neoliberal, cuja implementação falha na América Latina levou à construção do que se condicionou a chamar de Estado normal, e o logístico.

No tocante ao primeiro, sabe-se dos seus efeitos negativos no Estado, as quais levaram o Brasil a uma mudança radical no que diz respeito ao enfoque econômico do Estado, seja ele para dentro (limitando o desenvolvimento) ou para fora (não permitindo um avanço significativo e real nas negociações multilaterais). Quanto ao segundo, sabe-se que houve um “ensaio” da sua aplicação durante o governo Cardoso e que ele foi adotado no governo Lula da Silva, sendo considerado um paradigma propício para as relações internacionais hodiernas, de modo que tenta corrigir as desigualdades, porém, não se afasta totalmente do mercado.

O Estado logístico pode ser definido como aquele “que fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, por modo a equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado”.¹⁵⁴ Noutros termos, o Estado logístico continua sendo amparado pelo liberalismo, porém, este seria levado a cabo não pelo mercado unicamente, mas o Estado ainda manteria algumas capacidades interventoras para a

¹⁵⁴ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 1, pp. 05-35, 2002, p. 07.

promoção do desenvolvimento, logo, não deixando de “manter-se na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado”.¹⁵⁵

Por isso, o Estado logístico é ímpar: apesar de conviver com o paradigma desenvolvimentista, ele se difere do mesmo a partir da transferência “à sociedade [de] responsabilidades do Estado empresário”; além disso, “[di]ferencia-se do normal, consignando ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na defesa de seus interesses, na suposição de que não convém sejam simplesmente entregues às leis do mercado”¹⁵⁶.

Note-se, nesse sentido, que uma característica fundamental desse paradigma é o “reforço da capacidade empresarial do país”, atraindo benefícios para o Estado a fim de fortalecer o seu desenvolvimento – e não simplesmente afastá-lo por uma questão de eficiência econômica como ocorrera no Estado normal¹⁵⁷. Assim, o empresariado tem o papel de atrair o capital, trabalhando ao lado desse para promover as melhorias necessárias e corrigir as disparidades regionais, a fim de que o Estado torne-se competitivo e, logo, mais desenvolvido, sendo basicamente um quadro cooperativo e interdependente em busca de uma soma positiva.

¹⁵⁵ CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 21.

¹⁵⁶ CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 21; ERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 85-86.

¹⁵⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002, p. 461.

É nesse âmbito, da atividade empresária nacional, que se confirma o experimento brasileiro, ainda no governo Cardoso, do paradigma logístico. Conforme pesquisa realizada por Machado¹⁵⁸,

[...] no período de oito anos [do governo Cardoso] (1995-2002), por meio da cooperação técnica internacional [CTI] recebida, foram desenvolvidas ações governamentais, cuidadosamente planejadas, nas mais diversas áreas, como: educação [11%], saúde [11%], meio ambiente [41%], infraestrutura [6%], indústria [11%], agropecuária [20%], e administração pública [6%], entre outras, envolvendo a administração pública e a sociedade organizada, que elevaram o desenvolvimento humano da população brasileira. [...] [Isso porque, a CTI] estabelecida com os governos do Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Itália, Estados Unidos, Espanha e Países Baixos, nesta ordem, em termos de volume de recursos aportados [...] [tiveram] como objetivo a transferência de tecnologia e a absorção de conhecimentos que contribu[í]ram para o desenvolvimento socioeconômico do país. [Especificamente] na área agropecuária, [nota-se] o importante salto de desenvolvimento obtido por meio da CTI recebida [...] com a expansão da fronteira agrícola, melhoria genética de raça de bovinos, suínos, caprinos, etc., ampliação da variedade de frutas, hortigrangeiros e de cereais produzidos e ofertados, com custos cada vez mais baixos para a população e aumentando consideravelmente a vantagem comparativa do país neste setor, permitindo a conquista e a ampliação de novos mercados internacionais e a obtenção de expressivos superávits comerciais na balança de comércio exterior.

Outra tentativa logística do governo Cardoso foi o lançamento no ano de 2000 da IIRSA¹⁵⁹, iniciativa anteriormente mencionada que pretendia integrar

¹⁵⁸ MACHADO, Fernando Vieira. Configuração do Estado Logístico na Gestão de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002. **Universitas (Relações Internacionais)**. Brasília, v. 2, n.2, pp. 47-73, jul./dez. 2004.

¹⁵⁹ Importante referir que Cardoso pendia ao estabelecimento de alianças com países do norte, como Estados Unidos e Europa, tendo sido esse direcionamento ao sul, como à própria IIRSA, por exemplo, uma “demonstração de conduta realista com que equilibrar eventuais efeitos nocivos da globalização” (CERVO, 2008, p. 54).

a América do Sul, financiando projetos que objetivassem uma melhora de infraestrutura básica em segmentos específicos, como em transporte, comunicações e energia, tidos como essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico da região.¹⁶⁰ Afinal, empreendimentos como esses favorecem o escoamento da produção, instigando a iniciativa privada para investir em determinadas regiões antes inalcançadas e subdesenvolvidas pelo isolamento geográfico, de modo que se criem mais pólos produtivos e diminuam os custos, promovendo as vantagens comparativas de cada país¹⁶¹ – além de, por certo, inserir o Brasil de forma equilibrada e autônoma no plano internacional/regional (em detrimento da subordinação aos grandes centros do norte que não buscavam reduzir as assimetrias existentes entre as regiões)¹⁶².

Apesar disso, pelo fato de Cardoso não ter apenas implementado esse eixo paradigmático para conduzir as relações exteriores brasileiras, não é possível estabelecê-lo como único durante o seu governo. Por outra banda, durante o governo Silva, o viés logístico resta mais claro, restabelecendo a unicidade paradigmática no plano internacional¹⁶³. Isso, pois, o governo Silva realizou três mudanças fundamentais na condução das relações exteriores ajustando-se à esse posicionamento, quais sejam:

¹⁶⁰ UINTANAR, Silvia; LOPEZ, Rodolfo. O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (IIRSA): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 1, pp. 213-221, 2003; LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 55-56.

¹⁶¹ NUNES, Paulo Henrique Faria. **Integração Sul-Americana**. Goiânia: Ed. autor/agbook, 2011, p. 128-131.

¹⁶² SOUTO MAIOR, Luiz A. A crise do multilateralismo econômico e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 47, n. 2, pp. 163-190, 2004, p. 53.

¹⁶³ SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 50, n. 2, pp. 42-59, 2007, p. 148.

a) tir[ou] a política exterior das ilusões da harmonia kantiana e de divisas e [a] oriente[ou] para a conquista da reciprocidade real nas relações internacionais, ou seja, a transição do multilateralismo utópico para o multilateralismo de reciprocidade entre países centrais e emergentes; b) [imprimiu] o enfrentamento das dependências estruturais – financeira, empresarial e tecnológica – com o fim de atenuá-las; c) [reforçou] a ideia [...] [d]a América do Sul como polo de poder e plataforma política e econômica de realização de interesses brasileiros.¹⁶⁴

Noutros termos, o governo Lula da Silva projetou “como ideal a reorganização planetária em um mundo multipolar”, em detrimento do mundo unilateral e assimétrico formado a partir da década de 1990)¹⁶⁵ Por isso, o seu governo trabalhou “no sentido de promover a evolução do sistema”, objetivando um modelo “composto de pólos de equilíbrio em que potências chaves desempenhem o papel de catalisador: União Europeia, Japão e China no Extremo Oriente, Rússia na Eurásia, Atlântico Sul de África e América do Sul”, de modo que a nova ordem mundial fosse “benéfica para todos os povos e particularmente para a realização dos interesses brasileiros”.¹⁶⁶ E para atingir a tais objetivos, imprimiu uma série de políticas no plano externo que voltavam-se

[...] à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competitividade do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração e o desenvolvimento tecnológico; dos operários, defendendo seu emprego e seu

¹⁶⁴ CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 56.

¹⁶⁵ CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula [editorial]. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol.46, n.1, pp. 5-11, 2003, p. 07.

¹⁶⁶ CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula [editorial]. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol.46, n.1, pp. 5-11, 2003, p. 07.

salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar.¹⁶⁷

Exemplos práticos desse posicionamento logístico não faltam. O primeiro que se pode mencionar são os investimentos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para auxiliar a internacionalização das empresas brasileiras¹⁶⁸ em setores-chave para o desenvolvimento econômico e social do país¹⁶⁹ (BRASIL, 2007) como agropecuária¹⁷⁰, telecomunicações, energia, mineração, petroquímica, siderurgia e transportes¹⁷¹, os quais aumentaram exponencialmente no governo Lula da Silva, como se pode visualizar no gráfico abaixo:

¹⁶⁷ CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003, p. 21.

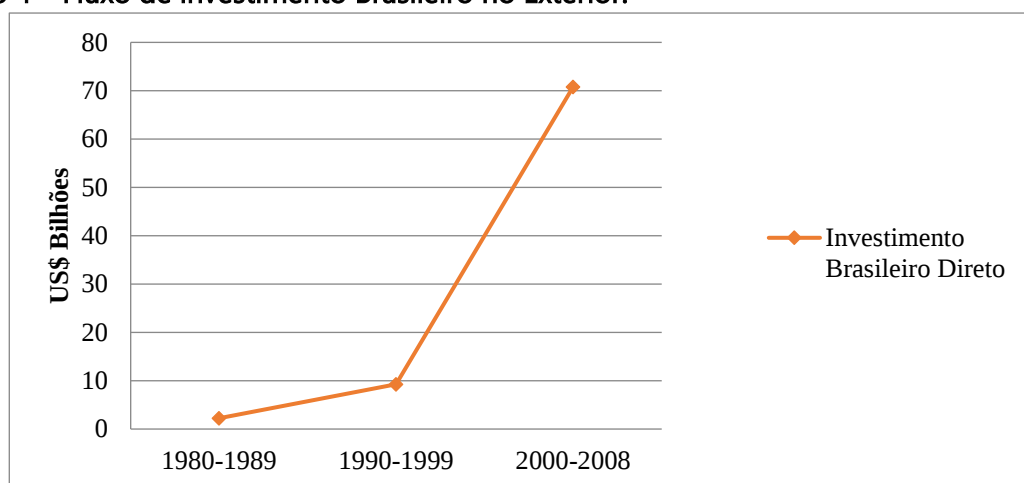
¹⁶⁸ Destacam-se entre essas a Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez (BORGES, 2012, p. 228).

¹⁶⁹ Note-se que o Decreto n. 4.418/02 estipulava que o BNDES poderia “financiar investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, sempre que contribuam para promover exportações” (art. 9, inc. II). Contudo, com a promulgação do Decreto n. 6.322/07, a redação do referido inciso foi alterada para “financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País”, destacando o viés logístico de promoção do desenvolvimento através pelo empresariado com o direcionamento do Estado, para além da mera promoção de exportações (BRASIL. **Decreto 6.322**. Publicado no D.O.U. em 24 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6322.htm>. Acesso em 26 jul. 2015; BRASIL. **Decreto 4.418**. Publicado no D.O.U. em 14 out. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4418.htm>. Acesso em 26 jul. 2015; CAMPIELO, Renata de Siqueira; PESAVENTO, Fábio. A Política Externa Brasileira e o BNDES: uma análise da atuação internacional do BNDES durante o governo lula (2003 – 2010). **Anais do II Seminário de Iniciação Científica da ESPM**. São Paulo: ESPM Sul, out. 2013, p. 1-16).

¹⁷⁰ O setor agropecuário brasileiro se beneficiaria da IIRSA, especialmente quanto ao escoamento da sua produção, posto que está inserido em três eixos tidos como potenciais para o referido setor no programa, quais sejam: o Eixo Capricórnio (engloba Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai), o Eixo Interoceânico Central (envolve Brasil, Paraguai, Bolívia, Chile e Peru), o Eixo Mercosul-Chile (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Apresentação da IIRSA**. 2009. Disponível em: <<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-12-07.7837648486/Apresentacao%20IIRSA%2018.08.2009.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2015).

¹⁷¹ BUGIATO, Caio; BERRINGER, Tatiana. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. **Em Debate**. Florianópolis, n. 7, pp. 28-44, 2012, p. 30-31.

Gráfico 4 – Fluxo de investimento Brasileiro no Exterior.



Fonte: elaborado pelo autor com dados de BUGIATO, Caio; BERRINGER, Tatiana. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. **Em Debate.** Florianópolis, n. 7, pp. 28-44, 2012, p. 31.

Números esses que igualmente englobam as participações de empresas brasileiras ligadas às obras de infra-estrutura no plano da IIRSA, fortalecida durante a gestão de Silva, fazendo com que o BNDES também fosse considerado um importante instrumento para a integração e o desenvolvimento sul-americano¹⁷². Especificamente quanto a esses, Rodrigues¹⁷³ afirmou que o Brasil tornou-se o “líder nas Américas do Sul e Central”, tendo multiplicado por quase “3.000% os valores liberados nos últimos sete anos [isto é, desde o início do governo Silva] para aumentar a competitividade das companhias nacionais nas grandes licitações da região”.

¹⁷² NUNES, Paulo Henrique Faria. **Integração Sul-Americana**. Goiânia: Ed. autor/agbook, 2011, p. 121-122; COUTO, Leandro Freitas. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, pp. 01-16, 2008, p. 11-14.

¹⁷³ Registra-se que esses investimentos geram um retorno grande ao país, posto que os contratos firmados junto ao BNDES fomentam a exportação não só de serviços como de bens e equipamentos, posto que há a necessidade de se comprar ao máximo de fornecedores do país. “A estimativa é que, para cada US\$ 100 milhões em serviços exportados, outros US\$ 400 milhões em bens seguem para fora do país pelo mesmo canal” (RODRIGUES, Eduardo. Brasil faz obras nos vizinhos temendo China. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Caderno Dinheiro, 27 set. 2009, p. B6).

Ao mesmo tempo, cabe lembrar que se os investimentos em infraestrutura favorecem o escoamento, seja dentro ou para fora do Brasil, a produção doméstica é positivamente afetada, dada a necessidade de modernização em razão da concorrência externa e pelo aumento da demanda, em um real exemplo de complementaridade entre as economias. Nesse plano, note-se que o governo Silva não deixou de fomentar o setor internamente, preparando-o, de certa forma, para a sua inclusão regional. Por exemplo, em 2008, “[p]ara o complexo agroindustrial, que engloba os setores de insumos, produção primária, processamento e distribuição, o desembolso foi de R\$ 21,8 bilhões para 72.588 operações, representando 36% da quantidade total de operações e cerca de 24% do [total desembolsado pelo Banco]”.¹⁷⁴

Por força disso, investimentos do BNDES podem ser classificados como um típico exemplo logístico utilizado para aumentar a capacidade empresarial do país e o consequente desenvolvimento econômico autônomo da nação, afinal, de acordo com Cervo¹⁷⁵, tais investimentos robustecem “os termos comparativos internacionais do setor privado, [...] estimulando seu fortalecimento interno e sua expansão global, zelando pelo emprego e pelo bom salário dos trabalhadores, ampliando o bem-estar do consumidor”.

Aliás, pode-se dizer que é a adoção dessa postura que vai fazer com que a política externa de Silva fosse classificada como pragmática e proativa por Hirst, Pinheiro e Lima¹⁷⁶, para quem a mesma foi marcada pela “retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neo-desenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas”, além da

¹⁷⁴ BNDES. O BNDES e a Agroindústria. **Informe Setorial**. Brasília, n. 11, mai. 2009.

¹⁷⁵ CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 86-87.

¹⁷⁶ HIRST, Monica. LIMA, Maria Regina Soares de. PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Revista Nueva Sociedad: Democracia y política em America Latina**. Buenos Aires, ed. especial, pp. 22-41, dec. 2010, p. 23 e 28.

visível “multiplicação de atores no campo da política externa”, agora com perspectivas palpáveis – e não apenas retóricas – também no entorno regional/hemisférico brasileiro.

Outro exemplo da adoção do viés logístico pelo governo Silva são as próprias negociações no plano do comércio internacional, dada a necessidade de equilibrar o “projeto de integração e desenvolvimento regional [...] com a pretensão de potência emergente de alcance global”.¹⁷⁷ Nesse sentido, “como parte da grande estratégia, o governo Lula focou na diversificação entre parceiros comerciais” não apenas dentro da região (América do Sul), como também “com outros países em desenvolvimento”, onde se destaca o G20 (RENNKAMP, 2012, p. 161).¹⁷⁸

Após Doha, as negociações no plano multilateral do comércio foram retomadas em Cancun, no mês de setembro de 2003, as quais foram marcadas

¹⁷⁷ CERVO, Amado Luiz. O Brasil na Atual Ordem Mundial. **Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 1, n. 2, pp. 37-59, jul./dez. 2012, p. 43.

¹⁷⁸ RENNKAMP, Britta. Desenvolvimento em primeiro lugar no G20 e nos BRICS? Reflexões sobre a política externa do Brasil e a Sociedade Civil. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **Um Campeão Visto de Perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012, p. 161. Os BRICS, grupo institucionalizado em 2007 reunindo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (incluída posteriormente), é listado como sendo outro exemplo dessa busca por alinhamentos para além da América do Sul. Acerca disso, é importante fazer uma ressalva: em que pese esses Estados já terem se manifestado conjuntamente acerca das negociações multilaterais de comércio (por exemplo, através da Declaração Conjunta de 2010, exarada em Brasília, que objetivava uma solução global e equilibrada para as negociações comerciais internacionais, cumprindo-se o mandato de ‘desenvolvimento’ da Rodada de Doha através de um menor protecionismo dos países desenvolvidos), os países parecem muito mais retóricos do que práticos, haja vista alguns posicionamentos domésticos contrariarem as intenções conjuntas no plano internacional para além do G20 (são exemplos a criação de estoques públicos por parte da Índia, afetando diretamente o preço mundial das commodities, e a política cambial chinesa, prejudicando as exportações de outros países em desenvolvimento) (THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2012, p. 17-26 e 99-119). Todavia, ressalta-se que o intercâmbio comercial entre os países tem evoluído: em 2005 as exportações totalizavam 5,7% do comércio total entre si; em 2010, esse número já estava em 8,5% (MRE; DPR; DIC. **BRICS – Comércio Exterior**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/ComExtBRICS.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2015, p. 07).

pela ascensão de um novo *player* nas discussões: o G20 – grupo liderado pelo Brasil, formado ainda em agosto daquele ano nas reuniões preparatórias para a referida conferência, cujo trabalho concentrar-se-ia no combate às cláusulas destorcidas do comércio agrícola.¹⁷⁹ O próprio grupo se descreve como:

[...] uma coalizão de países formada para tratar das preocupações de seus membros, que são também comuns à maioria dos países em desenvolvimento, no que se refere: a eliminação de práticas que distorcem o comércio e a produção agrícolas; a busca de aumento substancial de acesso a mercados; e seu desenvolvimento rural, segurança alimentar e/ou necessidades de subsistência dos agricultores nesses países.¹⁸⁰

De atuação representativa e postura construtiva, o G20 foi o destaque de Cancun, em que pese essa conferência não ter tido o sucesso esperado haja vista os países terem perdido o prazo estipulado na Declaração Ministerial de Doha para a conclusão das negociações e as próprias concessões no âmbito agrícola terem restado muito aquém das expectativas.¹⁸¹ Isso, pois, “nessa ocasião, houve uma tentativa de aproximação entre Estados Unidos e Europa,

¹⁷⁹ Conforme Visentini, inicialmente, o G20 era composto por “apenas por cinco membros e, sob a liderança do Brasil chegou a vinte na reunião de Cancun”, os quais, juntos, representavam “quase 60% da população mundial, 70% da população rural em todo o mundo”. A sua composição, porém, se alterou na medida em que os Estados assinavam tratados bilaterais com os Estados Unidos. “Com isso, Colômbia, Peru, Uruguai [inicialmente] e Guatemala declinaram da participação no Grupo. O G-20 chegou a ser G-23, depois passou a ser G-12”. Em 2009, todavia, o grupo era composto por 19 membros: “5 da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 8 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, México, Paraguai e Venezuela)” (VISENTINI, Paulo Fagundes. O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 168).

¹⁸⁰ MRE. **Comunicado da Reunião Ministerial do G-20**. Brasília: MRE, 12 dez. 2003. Disponível em: <<http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/12/comunicado-da-reuniao-ministerial-do-g-20/print-nota>>. Acesso em 16 mar. 2015.

¹⁸¹ OLIVEIRA, Ivan. Visões Brasileiras sobre a Diplomacia do Primário. In: MILANI, Carlos R.; DE LA CRUZ, María Gabriela G. **A Política Mundial Contemporânea**. Salvador: Ed. UFBA, 2010, p.133.

para coagirem o conjunto de países membros da OMC a assinar um agregado de parâmetros para um novo acordo agrícola que atendia principalmente os seus interesses”, culminando na criação e na proeminência do G20 para rechaçar tais parâmetros.¹⁸²

Logo, tem-se que pela primeira vez uma aliança foi preparada para debater as condições do Acordo sobre Agricultura face aos anseios dos países desenvolvidos, em prol de um mercado agrícola justo, possuindo “uma margem de manobra suficiente para permitir-lhes rejeitar um tratado que para eles era desfavorável”.¹⁸³ Afinal, não seria possível aceitar um acordo que ampliasse o acesso aos mercados dos países em desenvolvimento sem uma contrapartida, isto é, sem a redução equivalente de subsídios e outras barreiras que impedem o acesso dos produtos desses países em mercados desenvolvidos.¹⁸⁴

A posição do G20 pautava-se essencialmente pelo multilateralismo de reciprocidade – pilar das relações exteriores brasileiras do governo Silva, pautadas no paradigma logístico – na tentativa de conceber regras de forma conjunta e que assegurassem a igualdade entre os pares. Acerca desse conceito, explica Cervo¹⁸⁵ que a “reciprocidade se estabelece quando as regras do ordenamento multilateral beneficiam a todas as nações”, em quaisquer “dimensões da ordem internacional [...]: economia, comércio, segurança, questões ambientais, saúde e direitos humanos”, não havendo benefícios apenas à “nações mais avançadas, assegurando ou prolongando assimetrias”,

¹⁸² CEDRO, Rafael Rosa. **Desenvolvimento Rural e OMC: a experiência do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2011, p. 143.

¹⁸³ DALTON, Erich *et al.* A questão da Agricultura na OMC: Avanços e Retrocessos para a liberalização do comércio agrícola. **Jus Gentium**. Curitiba, a. 5, n. 10, pp. 53-68, jul./dez. 2011, p. 60

¹⁸⁴ ARAUJO, Leandro R.; JANK, Marcos S.; LIMA, Rodrigo C.; JUNQUEIRA, Carla. Agricultura. In: THORSTENSEN, Vera; JANK, Marcos S. (orgs.). **O Brasil e os Grandes temas do Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2005, p. 56.

¹⁸⁵ CERVO, Amado Luiz. O Brasil na Atual Ordem Mundial. **Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 1, n. 2, pp. 37-59, jul./dez. 2012, p. 49.

nem a imposição de regras, "para que não se realizem interesses de uns em detrimento de outros".

Como resultado desse processo, justamente pela inexistência de reciprocidade, as negociações em Cancun foram suspensas¹⁸⁶, sendo apenas restabelecidas no ano seguinte em Genebra. E se não fosse o G20, a reunião de 2004 tampouco teria obtido sucesso na formulação do 'Pacote de Julho', como ficou conhecido o documento proposto nessa ocasião. Isso porque, foi o poder de influência do G20,

[...] confirmado na fase final das negociações, que levaram ao acordo-quadro de julho de 2004, [o qual] reflete todos os objetivos negociadores do Grupo na fase inicial de negociações da Rodada de Doha: 1) ele respeita o mandato de Doha e seu nível de ambição [o desenvolvimento]; 2) aponta para resultados positivos das negociações de modalidades [para a redução/eliminação de subsídios]; e 3) representa, além disso, uma melhoria substantiva em relação ao texto submetido em Cancun, em todos os aspectos da negociação agrícola.¹⁸⁷

E foi graças à sugestão do 'Pacto de Julho' em 2004, direcionando as negociações nos termos do Mandato inicial para a Rodada, que Doha "sobreviveu". Sobressai-se do referido documento o reconhecimento da importância da agricultura para o desenvolvimento dos Estados, de modo que ainda exista uma preocupação muito latente em permitir que os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos continuem apoiando programas domésticos que atinjam esse fim¹⁸⁸.

¹⁸⁶ OMC> **Quinto día – la conferencia termina sin consenso**. Resumo das reuniões de 14 set. 2003.

¹⁸⁷ VISENTINI, Paulo Fagundes. O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 172.

¹⁸⁸ OMC. **Texto del Paquete de Julio – Pasado Cancún, el Consejo General Decide**. Adotado em 1 ago. 2004. Anexo A - §2. Disponível em:

Com base nesses critérios, a Decisão do Conselho Geral de 2004, nome oficial do 'Pacote de Julho', foi crucial para que a sexta Conferência Ministerial da OMC sob o Mandato de Doha, em Hong Kong, em dezembro de 2005, fosse lançada, pois nela que as negociações sobre concessões, de fato, ocorreriam. Contudo, novamente a data limite não foi observada, sendo a mesma postergada para 30 de abril de 2006¹⁸⁹.

A Conferência de Hong Kong, outrossim, não foi um total fracasso, posto que na sua Declaração final, alguns avanços foram atingidos: em relação aos subsídios à exportação, por exemplo, estipulou-se que os mesmos seriam eliminados até o final de 2013, para os países desenvolvidos, e 2018, para os países em desenvolvimento.¹⁹⁰ No que compete as salvaguardas especiais, restou decidido que os países em desenvolvimento poderiam excepcionalmente apoiar medidas, desde que pautados em critérios de segurança alimentar¹⁹¹. Por fim, quanto aos produtos básicos, destacou-se que a flutuação dos preços de *commodities* agrícolas é prejudicial ao desenvolvimento e assistência técnica para contornar situações como essas deveriam ser concedidas à países menos desenvolvidos, clamando para que os demais Estados os ajudem quando necessário¹⁹².

<https://www.wto.org/spanish/tratop_s/dda_s/draft_text_gc_dg_31july04_s.htm>. Acesso em 18 mar. 2015.

¹⁸⁹ **Declaración Ministerial de Hong Kong**. Adotada em 18 dez. 2008. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min05_s/mi_n05_s.htm>. Acesso em 18 mar. 2015.

¹⁹⁰ Mister registrar que a data limite para os países desenvolvidos, na opinião do G20, deveria ter sido até 2010 (OMC. **Declaración Ministerial de Hong Kong**. Adotada em 18 dez. 2008 - §6. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min05_s/mi_n05_s.htm>. Acesso em 18 mar. 2015).

¹⁹¹ OMC. **Declaración Ministerial de Hong Kong**. Adotada em 18 dez. 2008 - §7. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min05_s/mi_n05_s.htm>. Acesso em 18 mar. 2015.

¹⁹² OMC. **Declaración Ministerial de Hong Kong**. Adotada em 18 dez. 2008 - §55. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min05_s/mi_n05_s.htm>. Acesso em 18 mar. 2015.

A esse respeito, nota-se o crescente sentimento no plano internacional de que os “problemas transnacionais só podem ser resolvidos por meio da cooperação de muitos atores”, de modo que “[i]gnorar as economias emergentes, como muito foi feito no passado, já não [seria] possível”, posto que, “[s]em sua cooperação, esses problemas globais tendem a aumentar os impactos em todos os Estados [...]. Consequentemente, esses são os campos em que potências emergentes [ganham cada vez mais] influência global”¹⁹³, tal como o impasse gerado pelo G20 em Cancun e o sucesso do ‘Pacote de Julho’ em Genebra.¹⁹⁴

E quanto ao Brasil, mesmo que ele não tenha destravado a OMC¹⁹⁵, tendo inclusive influenciado um amadurecimento entre as relações norte-norte

¹⁹³ FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 53, n. 1, pp. 141-156, 2010, p. 145.

¹⁹⁴ Nesse interim, Arrighi inclusive entende estar havendo um deslocamento do centro do sistema internacional do Ocidente para o Oriente (posicionando-o em direção a China) (ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 25).

¹⁹⁵ Apesar de os países terem atingido um denominador comum em diversas áreas, não se conseguiu formalizar em Hong Kong um acordo no âmbito da agricultura que pudesse encaminhar a Rodada de Doha ao fim. No ano de 2006, novas negociações ocorreram em Genebra, as quais foram novamente suspensas em razão de os países (em especial, Estados Unidos, União Europeia, Índia, Brasil, Japão e Austrália) falharem em chegar a um denominador comum, haja vista as propostas terem sido no sentido de os países em desenvolvimento fazerem concessões no setor industrial para que, em troca, obtivessem maiores ganhos na área agrícola junto aos países desenvolvidos – o que claramente não englobava o viés recíproco exteriorizado pelo Brasil (MRE, **Comunicado de Imprensa do G-20**. Genebra: MRE, 29 de jun. 2006. Disponível em: <kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2006/06/29/comunicado-de-imprensa-do-g-20-genebra-29-de-junho>. Acesso em 16 mar. 2015). Novas negociações ocorreram em 2007, na cidade de Potsdam, na Alemanha, centrando-se especialmente entre Estados Unidos e União Europeia, por parte dos países desenvolvidos, e Brasil e Índia, defendendo os interesses do G20, os quais, em virtude das inflexibilidades daqueles no setor agrícola no que tange a diminuição do teto para a concessão de apoio interno, retiram-se sumariamente das reuniões, encaminhando-se novamente para um impasse (IICA, **Situação e Perspectivas da Agricultura no Brasil 2007**. Brasília: IICA, 2008. Disponível em: <www.iica.org.br>. Acesso em 14 mar. 2015p. 26). Mesmo caminho seguiu-se em 2008 e 2009 em Genebra (OLIVEIRA, Ivan. Visões Brasileiras sobre a Diplomacia do Primário. In: MILANI, Carlos R.; DE LA CRUZ, María Gabriela G. **A Política Mundial Contemporânea**. Salvador: Ed. UFBA, 2010, p. 61-62; OMC, **Séptima Conferência**

(especialmente entre Estados Unidos e Europa), não se pode negar que a “substituição da tática da credibilidade pela barganha permitiu [um] avanço [fundamental]”, qual seja, da “dinamização de mecanismos de pressão sobre [...] questões [mundiais]”, provando ser essa uma estratégia “essencial para a recuperação do status [brasileiro] como potência média emergente, permitindo revitalizar tradições e encontrar um espaço diferenciado de atuação no reordenamento do pós-Guerra Fria”¹⁹⁶.

Por conseguinte, ao advogar-se por mercados liberalizados e justos, é impossível negar o viés logístico da política impressa pelo governo Lula da Silva, posto que, com vitórias nesse campo, abrir-se-ia espaço não só ao empresariado brasileiro do setor agropecuário, como também possibilitar-se-ia correções nas assimetrias regionais existentes. Ademais, finalmente percebe-se um alinhamento concreto a um único paradigma, favorecendo a análise dos discursos e as tomadas de decisão no plano internacional.

Apesar de essas mudanças serem visíveis, segundo Cervo¹⁹⁷, “[l]imites de eficiência permanecem a condicionar Estado e atores não governamentais e encurtar resultados”. Nesse contexto, se os dois governos de Silva foram importantes para a sedimentação do paradigma logístico haja vista o Brasil ter

Ministerial: resumen del presidente. Adotado em 2 dez. 2009. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min09_s/min09_s.htm>. Acesso em 16 mar. 2015), tendo havido um avanço apenas em 2013, com a Conferência de Bali, cuja relevância está justamente na adoção de um acordo – o primeiro desde a adoção do AsA – chamado de ‘Doha Light’ (OMC, **cuerto Sobre Facilitación del Comercio**. Adotado em 11 dez. 2013. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/mc9_s/desci36_s.htm>. Acesso em 22 nov. 2014; OMC. **Constitución de existencias públicas con fines de seguridad alimentaria**. Adotado em 11 dez. 2013. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/mc9_s/desci38_s.htm>. Acesso em 22 nov. 2014).

¹⁹⁶ PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 51, n. 2, pp. 136-156, 2008, p. 150.

¹⁹⁷ CERVO, Amado Luiz. O Brasil na Atual Ordem Mundial. **Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 1, n. 2, pp. 37-59, jul./dez. 2012, p. 57.

recuperado a sua autonomia decisória, buscando superar os desníveis internacionais oriundos da globalização, internamente ainda há o que se fazer.

Segundo o autor, há “três fatores limitam a eficiência do Estado Logístico no Brasil”: em primeiro lugar, está a baixa inovação tecnológica; em segundo lugar, está a baixa competitividade dos sistemas produtivo e de serviço em função da precária infra-estrutura, das altas taxas de juros, da alta carga tributária, entre outros; e em terceiro lugar, o funcionamento do governo de coalizão, o qual muitas vezes limitam as alterações ambicionadas pelo governo¹⁹⁸.

Nesse escopo, apesar de a adoção paradigmática ter sido realizada, não é ela a solução para todos os problemas brasileiros, devendo o próprio Estado realizar modificações pontuais domésticas para a melhor aplicação dos conceitos logísticos por si adotados – alterações essas que deveriam ser realizadas para que se possam alcançar melhores resultados, inclusive no setor agrícola e nas negociações internacionais, dado o presumível aumento de produtividade que o setor teria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa guiou-se com o objetivo central compreender os diversos tipos de paradigma pelos quais o Estado brasileiro transitou entre 1930 e 2010, objetivando confirmar a hipótese de que cada viés da política externa brasileira apresenta uma forma peculiar de conduzir e promover a questão agrícola nos foros internacionais multilaterais. E a partir de todo o estudo realizado, é possível dizer que tal proposição, pôde ser, sim, confirmada.

¹⁹⁸ CERVO, Amado Luiz. O Brasil na Atual Ordem Mundial. **Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 1, n. 2, pp. 37-59, jul./dez. 2012, p. 54.

Durante sessenta anos, o Brasil manteve uma política externa brasileira assentada sob o paradigma desenvolvimentista, cujos ganhos foram enormes para o país. Afinal, transitou de um viés primário-exportador brasileiro, secularmente estabelecido, para um modelo que balanceou as funções do Estado, optando pela substituição das importações como forma de promover a indústria nacional e fomentar o crescimento econômico autônomo e independente, tanto que a nação se encontrou por um determinado período dividida entre as negociações com alemães e norte-americanos.

Nesse ambiente, a agricultura ocupou papel central não apenas uma agenda interna como também externa do Brasil, posto que ela promoveu a indústria nacional por meio da geração de divisas, sendo, por força disso, considerado o instrumento estratégico brasileiro de promoção do desenvolvimento. Logo, no plano internacional, o Brasil sempre buscou decisões que favorecessem os rendimentos desse setor, destacando-se o seu posicionamento firme em prol da inserção da pauta agrícola nas primeiras rodadas de negociação do GATT, inclusive, levando ao próprio esvaziamento de algumas reuniões na década de 1960, quando da transferência das discussões à UNCTAD haja vista não ser sido a agricultura inserida na agenda de negociações. Aliás, ressalta-se certa vitória brasileira quando na Rodada Kennedy começou-se a tangenciar o tema agrícola, e em Tóquio adorou-se o tratamento diferenciado para países em desenvolvimento e a possibilidade de aplicação de medidas discriminatórias por esses no setor em apreço.

Em que pese esse modelo ter sido importantíssimo para o Brasil, ao final do século XX não era mais possível manter-se independente do sistema internacional. Com a globalização, as economias interligaram-se, de modo que se fez necessário um maior envolvimento dos países, o que se traduz pela abertura dos mercados, ou seja, não bastaria o Brasil perquirir mais mercados

para os seus produtos, como também precisaria abrir a própria economia para poder aproveitar dos benefícios do sistema internacional, como, por exemplo, o aperfeiçoamento dos meios de produção. Para tanto, o Brasil precisa encontrar outro modelo que o conduzisse a esse fim.

Ocorre que, ao contrário do que se esperava, com a adoção do paradigma neoliberal de forma acrítica e puramente ideológica, o Estado viu-se mergulhado em uma crise, haja vista a abertura desmedida do mercado interno, o qual fez com que os produtos importados passassem a ocupar cada vez mais espaço nas prateleiras e nas preferências do consumidor, e não houvesse o consequente e esperado estímulo da modernização da matriz industrial. Ademais, fomentou-se o êxodo rural e o aumento da fome e da pobreza no país. Por isso, tem-se que o neoliberalismo abrazeirado acabou suscitando a edificação de uma sociedade marcadamente desigual e mostrou-se adverso às políticas de redistribuição.

Posição essa que reverberou negativamente nas negociações agrícolas. Isso, pois, durante o governo Collor, fomentou-se uma aproximação cega aos Estados Unidos, abrindo as fronteiras nacionais aos produtos norte-americanos sem quaisquer perspectivas de reciprocidade, desprotegendo setores que por décadas estiveram acostumados à proteção do Governo Federal e que, em face disso, foram largamente prejudicados. Além disso, no plano internacional, afastou-se da atuação incisiva do Grupo Cairns, fazendo com que o mesmo perdesse espaço nas discussões da Rodada do Uruguai e culminando na formação de um Acordo (sobre Agricultura) sem medidas muito palpáveis no sentido de liberalizar o comércio de commodities agrícolas em países desenvolvidos.

Aliás, muito embora esse Acordo tenha sido concluído de fato durante o governo Franco, cujo paradigma adotado foi o do neo-desenvolvimentismo,

um dos motivos pelos quais ele não foi mais contundente foi justamente a falta de uma política mais “agressiva” no plano multilateral ao longo dos oito anos da rodada por parte dos países em desenvolvimento, onde o Brasil se encaixa. Não obstante, o referido governo tentou priorizar a retomada do crescimento, combatendo a fome e a miséria, iniciando uma série de práticas internas em prol da agricultura familiar, bem como reascendendo o multilateralismo no plano internacional, chegando à conclusão de que é nesse ambiente (em detrimento de uma postura passiva ligada aos interesses do norte) que seria possível realçar o desenvolvimento, em busca de um mundo mais simétrico.

Outrossim, os ventos prósperos da situação político-econômica brasileira não foram tão bons assim: com a ascensão de Cardoso notou-se a interpretação incorreta do modelo neoliberal, indicando que, na verdade, o Brasil encaixava-se no modelo que se convencionou a chamar na América Latina de Estado normal – um modelo altamente submisso ao centro hegemônico, cuja atividade não fomenta o desenvolvimento nacional, transferindo a propriedade nacional e a renda para o exterior, e tendente a voltar ao modelo primário-exportador.

A saída encontrada, portanto, foi a de intervir no câmbio, deixando-o flutuar, haja vista ser essa uma medida que poderia melhorar a situação da defasagem da balança comercial brasileira, em prol dos setores domésticos, incluindo-se o setor agrícola, para a alegria do empresariado pátrio, já apresentando linhas mais logísticas do que normais. Ademais, no plano internacional, passava a aderir ao discurso da redução das assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, utilizando a liberalização do mercado agrícola como poder de barganha frente aos Estados Unidos e Europa para conseguir ganhos em outras áreas, porém, não clamando pela imediata liberalização do setor por temer novos choques econômicos domésticos.

E mesmo que ainda no governo Cardoso tenha-se vislumbrado algumas tentativas do paradigma logístico, seja por meio de cooperações técnicas internacionais ou com o lançamento da IIRSA, cujas perspectivas de ganhos para o setor agrícola eram imensas uma vez que melhoraria a infra-estrutura e, por conseguinte, a produção doméstica pelas facilidades de escoamento e em razão da necessária modernização para enfrentar a concorrência externa, não foi nesse governo que ele restou assentado. Por isso, ao cabo, destacou-se o governo Silva o qual deixou de lado o plano retórico e implementou mudanças significativas no modelo brasileiro em prol da transferência à sociedade (comunidade empresária) as responsabilidades do desenvolvimento, restando o Estado como mero orientador/apoiador/coordenador.

Nesse contexto, destacou-se o engajamento do governo federal em financiar a internacionalização de empresas brasileiras por meio do BNDES, como também da participação brasileira no G20 comercial – grupo que ficou sob a liderança do Brasil e que conseguiu firmar-se como uma terceira frente nas discussões em matéria agrícola no plano do comércio internacional, representando os interesses dos países em desenvolvimento face aos Estados Unidos e Europa e advogando por um multilateralismo recíproco, distinguindo-se daquele implementado pelo seu antecessor, de modo que as concessões devessem ocorrer no mesmo ambiente em que foram propostas, sem haver ganhos assimétricos ou vantagens normativas voltadas ao norte.

Por fim, interessante notar que finalmente, com o paradigma logístico, o Brasil parece ter assumido uma postura retilínea e concreta para a sua política externa, a qual não se vislumbrava desde o desenvolvimentismo implementado em 1930. Ademais, o viés logístico, da forma em que está estruturado, parece adaptar-se bem às relações internacionais modernas (globalizadas), sendo um bom modelo de atuação no plano exterior, que obteve ganhos expressivos no

ambiente das negociações agrícolas internacionais, especialmente, em Cancun e Hong Kong, quando conseguiu impor-se frente às nações do Norte Global e cujos desdobramentos podem ser benéficos na tentativa de reorganizar a ordem internacional, em prol do desenvolvimento das nações.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. O Processo Econômico. *In*: GOMES, Ângela de Castro. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4 (Olhando para Dentro 1930-1964). Rio de Janeiro: Objetiva/MAPFRE, 2013. 288p.

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. **Globalização e Estado Contemporâneo**. São Paulo: Memoria Jurídica, 2011. 152p.

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1991. 163p.

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização e Desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 2006. 213p.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. São Paulo: Grupo Gen, 2012. 328p.

AMORIM, Celso. O pós-Seattle. *In*: AMARAL JUNIOR, Alberto do (Coord.). **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002. 317p.

ARAUJO, Leandro R.; JANK, Marcos S.; LIMA, Rodrigo C.; JUNQUEIRA, Carla. Agricultura. *In*: THORSTENSEN, Vera; JANK, Marcos S. (orgs.). **O Brasil e os Grandes temas do Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2005. 418p.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008. 428p.

AVELÃS NUNES, António J. **As voltas que o Mundo Dá**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 266p.

AVERBUG, André. GIAMBIAGI, Fábio. **A Crise Brasileira de 1998/1999: origens e consequências**. Rio de Janeiro: BNDS/PNUD, 2000. 40p.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 3ª ed. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2009. 544p.

BARRAL, Welber. **O Brasil e a OMC**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2003. 358p.

BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **Revista História**. São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 515-570, 2009.

BATISTA, Paulo Nogueira. Perspectivas da Rodada Uruguai: implicações para o Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 6, n. 16, pp. 103-116, 1992.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Mercosul e os interesses do Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 21, pp. 79-95, 1994.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional: teoria e experiência brasileira**. Ed. digital. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BESKOW, Paulo R. Agricultura e política no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 12, pp. 56-79, abr. 1999.

BEVIR, Mark. **Encyclopedia of Governance**. London: Sage Publications, 2007. 1232p.

BNDES. O BNDES e a Agroindústria. **Informe Setorial**. Brasília, n. 11, mai. 2009.

BONILLA, Eugênio Diaz. Globalization of Agriculture and food crisis: then and now. // KARAPINAR, Baris; HABERLI, Christian. **Food Crisis and the WTO**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 365p.

BORGES Fábio O papel do Brasil na integração Sul-americana nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio "Lula" da Silva (2003-2010): um balanço comparativo. **Geopolítica (s). Revista de estudios sobre espacio y poder**. Madrid, v. 2, n. 2, pp. 209-231, 2012.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.171**. Publicada no D.O.U. em 18 jan. 1991. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em 23 jul. 2015.

BRASIL. **Lei Federal 8.629**. Publicada no D.O.U. em 26 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>. Acesso em 24 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto 4.418**. Publicado no D.O.U. em 14 out. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4418.htm>. Acesso em 26 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto 6.322**. Publicado no D.O.U. em 24 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6322.htm>. Acesso em 26 jul. 2015.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 46, n. 1, pp. 28-36, jan./abr. 2010.

BUGIATO, Caio; BERRINGER, Tatiana. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. **Em Debate**. Florianópolis, n. 7, pp. 28-44, 2012.

CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000. 582p.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007. 387p.

CAMPIELO, Renata de Siqueira; PESAVENTO, Fábio. A Política Externa Brasileira e o BNDES: uma análise da atuação internacional do BNDES durante o governo lula (2003 – 2010). **Anais do II Seminário de Iniciação Científica da ESPM**. São Paulo: ESPM Sul, out. 2013. 16p.

CARDOSO, Tatiana de A. F. R.; RUCKS, Jessika T.; SOUZA, Renata M. A Retomada da Hegemonia Norte-americana e seus Impactos sob a América Latina. **Revista Videre**, Dourados, v. 4, n. 8, pp. 30-40, 2016.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no ultimo quarto do século XX**. São Paulo: Ed. UNESO, 2002. 423p.

CEDRO, Rafael Rosa. **Desenvolvimento Rural e OMC: a experiência do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2011. 232p.

CEPAL. **La Transformación Productiva: 20 años después – viejos problemas, nuevas oportunidades**. Santiago: ONU/CEPAL, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. 320p.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 1, pp. 05-35, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 2, pp. 05-25, 2003a.

CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula [editorial]. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol.46, n.1, pp. 5-11, 2003b.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 51, n. 2, pp. 08-25, 2008a.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008b. 297p.

CERVO, Amado Luiz. O Brasil na Atual Ordem Mundial. **Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 1, n. 2, pp. 37-59, jul./dez. 2012.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002. 525p.

COLLETI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. **Revista Lutas & Resistências**. Londrina, v.1, pp.131-145, set. 2006.

CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. **Café do Brasil**: história. s/d. 2p. Disponível em: <<http://www.cncafe.com.br/site/interna.php?id=23>>. Acesso em 19 jul. 2015.

CORREA, Luiz Felipe de Seixas. O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 42, n. 1, pp. 5-29, 1999.

CORSI, Francisco Luiz. Brasil e Argentina: uma análise comparativa das políticas econômicas no contexto da Grande Depressão dos anos 1930. *In*: BEIRED, José Rubens B.; BARBOSA, Carlos Alberto S. (orgs.). **Política e Identidade Cultural na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 256p.

COSTA E SILVA NETO, Antônio Francisco da. A evolução do conceito de desenvolvimento e seu reflexo na política externa brasileira. **Cadernos do IPRI – Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 98-107, 1989.

COUTO, Leandro Freitas. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, pp. 01-16, 2008.

CRUZ, Sebastiao Carlos Velasco e. **O Brasil no Mundo: ensaios de análise e perspectiva**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. 178p.

DALMAZO, Renato Antônio. O ajuste macroeconômico brasileiro e o desmantelamento do setor produtivo estatal. *In*: BERNI, Duilio de Ávila. **Reflexos da reestruturação produtiva mundial sobre a economia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 353p.

DALTON, Erich *et al.* A questão da Agricultura na OMC: Avanços e Retrocessos para a liberalização do comércio agrícola. **Jus Gentium**. Curitiba, a. 5, n. 10, pp. 53-68, jul./dez. 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina S. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 76p.

DEAN, Warren. A Economia Brasileira: 1870-1930. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**. São Paulo: EDUSP, 2008.

DEZORDI, Lucas L. **Fundamentos de Economia**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010. 164p.

DUARTE, Carlos Sérgio S. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942. **Cadernos do IPRI – Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília, n. 2, pp. 10-18, 1989.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Commodity Market Review: 1999-2000**. Roma: FAO, 2000. 100p.

FARIAS, Rogério de Souza. **O Brasil e o GATT (1973-1993): unidades decisórias e política externa**. Curitiba: Juruá, 2009. 218p.

FAVERO, Celso Antônio. Globalização e as Novas Tendências dos Agricultores. **Caderno CHR**. Salvador, n. 28, pp. 27-57, jan./jun. 1998.

FERRARI FILHO, Fernando. O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico? **Análise Econômica**. Porto Alegre, a. 19, n. 35, pp. 05-21, mar. 2001.

FERRAZ, Francisco César A. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 78p.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo editorial, 2000. 232p.

FIORI, José Luís. Poder e Credibilidade: o paradoxo político da reforma liberal. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 25, pp. 185-196, 1992.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 53, n. 1, pp. 141-156, 2010.

FLORES, Maria Cândida G. **O Mercosul nos Discursos do Governo Brasileiro** (1985-94). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. 128p.

FONSECA, Pedro Cezar D. Nacionalismo e Economia: o segundo Governo Vargas. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. **História Econômica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 329p.

FONSECA, Pedro Cezar D.. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Revista Economia**. Brasília, v. 13, n. 3, pp. 843-866, set./dez. 2012.

FONTE, Eliane Maria M. As Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil a partir de 1930. *In*: SCOTT, Parry; CARNEIRO, Rosineide. (orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero**. Recife: Editora UFPE, 2006. 331p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. [digital] São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005. 238p.

GARCIA, Eugênio Vargas. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entreguerras. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, pp. 41-71, jun. 2002.

GIAMBIAGI, Fábio; VILELLA, André; CASTRO, Lavínia barros de; HERMANN, Jeniffer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 296p.

GRASEL, Dirceu; PEREIRA, Benedito Dias. Contextualização e fases do endividamento externo brasileiro: 1964-92. **Revista de Estudos Sociais**. Cuiabá, v. 5, n. 10, pp. 7-21, 2011.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 383p.

HAFFNER, Jacqueline A. **A CEPAL e a Industrialização Brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 238p.

HELLEINER, Eric. **Forgotten Foundations of Bretton Woods: international development and the making of postwar order**. Nova York: Cornell University, 2014. 288p.

HIRST, Monica. LIMA, Maria Regina Soares de. PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Revista Nueva Sociedad: Democracia y política em America Latina**. Buenos Aires, ed. especial, pp. 22-41, dec. 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1979. 154p.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 255p.

IICA. **Situação e Perspectivas da Agricultura no Brasil 2007**. Brasília: IICA, 2008. Disponível em: <www.iica.org.br>. Acesso em 14 mar. 2015.

LAFER, Celso. O GATT, a Cláusula de Nação Mais Favorecida e a América Latina. **Revista de Direito Mercantil**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, pp. 42-56, 1971.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001. 126p.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso na III Session of the WTO Ministerial Conference. Seattle, 30 nov. 1999. *Apud.* RASZL, Simone M. Alimentos. *In:* BARRAL, Welber. (Org.). **O Brasil e a OMC**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 516p.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Cúpula da América do Sul. Carta Internacional, n. 87, a. 8, mai. 2000. *Apud.* SOUTO MAIOR, Luiz A. A crise do multilateralismo econômico e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 47, n. 2, pp. 163-190, 2004.

LUPI, André Lipp B. Comércio Agrícola. *In:* BARRAL, Welber. (Org.). **O Brasil e a OMC**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 516p.

MACHADO, Fernando Vieira. Configuração do Estado Logístico na Gestão de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002. **Universitas (Relações Internacionais)**. Brasília, v. 2, n.2, pp. 47-73, jul./dez. 2004.

MALAN, Pedro S. **Política Externa e Industrialização no Brasil 1939/52**. Rio De Janeiro: IPEA/INPES, 1977. 535p.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Econômico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993. 228p.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997. 220p.

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme A.; MELO, Lenivaldo Manoel de M.; MAIA, Claudio Machado. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010. 82p.

MINELLA, Jorge. Pan-americanismo e Estado Novo: considerações conceituais. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 12, n. 1, pp. 22-37, jan./jun. 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Exportações do agronegócio alcançaram US\$ 6,13 bilhões em novembro**. Notícia veiculada em 08 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao>>. Acesso em 27 jul. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Produto Interno Bruto da agropecuária deve ser de R\$ 1,1 trilhão**. Notícia veiculada em 29 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/exportacoes-do-agronegocio-alcancaram-uss-6-bilhoes-em-novembro>>. Acesso em 27 jul. 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Apresentação da IIRSA**. 2009. Disponível em: <<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-12-07.7837648486/Apresentacao%20IIRSA%2018.08.2009.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Comunicado da Reunião Ministerial do G-20**. Brasília: MRE, 12 dez. 2003. Disponível em: <<http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a>>

imprensa/2003/12/comunicado-da-reuniao-ministerial-do-g-20/print-nota>. Acesso em 16 mar. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Comunicado de Imprensa do G-20**. Genebra: MRE, 29 de jun. 2006. Disponível em: <<http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2006/06/29/comunicado-de-imprensa-do-g-20-genebra-29-de-junho>>. Acesso em 16 mar. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE; DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS – DPR; DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA COMERCIAL – DIC. **BRICS – Comércio Exterior**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/ComExtBRICs.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2015.

MOREIRA, Luiz Felipe V.; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010. 383p.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD Ed., 1999. 204p.

MOREIRA, Vânia Maria L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 329-360, 1998.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 194p.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Relações Exteriores do Brasil – 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012. 277p.

MUELLER, Charles C. A Política Agrícola no Brasil: uma visão de longo prazo. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, a. XIX, ed. esp., pp. 09-23, jul. 2010.

NEGRI, João Alberto de; SALERNO, Mário Sérgio; CASTRO, Antônio Barros de. Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. *In*: NEGRI, João Alberto de; SALERNO, Mário Sérgio (orgs.). **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez ed., 2014. 342p.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **Integração Sul-Americana**. Goiânia: Ed. autor/agbook, 2011. 165p.

OLIVEIRA, Francisco de. Um Republicano Exemplar. /n: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (orgs.). **A Grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: Editora 34, 2001. 302p.

OLIVEIRA, Ivan. Visões Brasileiras sobre a Diplomacia do Primário. /n: MILANI, Carlos R.; DE LA CRUZ, María Gabriela G. **A Política Mundial Contemporânea**. Salvador: Ed. UFBA, 2010. 459p.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT**. 1994. Anexo 1A - Acordo sobre Agricultura.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **The Doha Mandate**. Genebra: OMC, 2001. Arts. 13 e 14 (agricultura). Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/dohaagmandate_e.htm>. Acesso em 16 mar. 2015.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Declaración Ministerial de Hong Kong**. Adotada em 18 dez. 2008. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min05_s/min05_s.htm>. Acesso em 18 mar. 2015.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Quinto día – la conferencia termina sin consenso**. Resumo das reuniões de 14 set. 2003. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/the_wto_s/minist_s/minist_s.htm>. Acesso em 18 mar. 2015.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Séptima Conferência Ministerial: resumen del presidente**. Adotado em 2 dez. 2009. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min09_s/min09_s.htm>. Acesso em 16 mar. 2015

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Texto del Paquete de Julio – Pasado Cancún, el Consejo General Decide**. Adotado em 1 ago. 2004. Anexo A. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/tratop_s/dda_s/draft_text_gc_dg_31july04_s.htm>. Acesso em 18 mar. 2015.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acuerdo Sobre Facilitación del Comercio**. Adotado em 11 dez. 2013a. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/mc9_s/desci36_s.htm>. Acesso em 22 nov. 2014.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO **Constitución de existencias públicas con fines de seguridad alimentaria**. Adotado em 11 dez. 2013b. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/mc9_s/desci38_s.htm>. Acesso em 22 nov. 2014.

PACÍFICO, Daniela A. História da Modernização da Agricultura: um conto de muitas facetas. In: DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina (orgs.). **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 152p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 51, n. 2, pp. 136-156, 2008.

PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil**: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2015. 336p.

RENNKAMP, Britta. Desenvolvimento em primeiro lugar no G20 e nos BRICS? Reflexões sobre a política externa do Brasil e a Sociedade Civil. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **Um Campeão Visto de Perto**: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. 234p.

RODRIGUES, Eduardo. Brasil faz obras nos vizinhos temendo China. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Caderno Dinheiro, 27 set. 2009.

SABA, Sérgio. **Comércio Internacional e Política Externa Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. 240p.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 50, n. 2, pp. 42-59, 2007.

SARETA, Fausto. O Governo Dutra na Transição Capitalista do Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. **História Econômica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 329p.

SCHNEIDER Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.;

MARQUES, Paulo Eduardo M. (orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 252p.

SEITENFUS, Ricardo A. O Brasil e o III Reich (1933-1939). //: KAHLE, Günter; PIETSCHMANN, Horst (orgs.). **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas**. v. 25. Colônia: Böhlau Verlag, 1988.

SEITENFUS, Ricardo A. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 378p.

SENA JUNIOR, Roberto Di. **Comércio Internacional & Globalização**. Curitiba: Juruá, 2008. 239p.

SENJU, Eliana Kiyomi; SILVA, Hylana Araújo. O padrão de financiamento agrícola a partir dos anos 90. **Revista de Economia da UEG**. Anápolis, v. 2, n. 2, pp. 01-20, jul./dez. 2006.

SILVA, André Luiz Reis. **Do otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Cardoso (1995-2002)**. Curitiba: Juruá, 2009. 336p.

SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Mundo Contemporâneo: 1919-1945**. Vol. II. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 304p.

SILVA, Iliane Jesuína. **Estado e Agricultura no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2010. 268f.

SILVA, José Graziano da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978. 267p.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional: 1889-1930. **Revista Mexicana de Sociologia**. Cidade do México, v. 36, n. 3, pp. 547-593, jul./set. 1974.

SOLER, Montserrat M.; HUET, Patrícia G. Las Normas del Comercio Agrícola Internacional y la Seguridad Alimentaria. //: RAFOLS, Xavier Pons. (ed.) **Alimentación y Derecho Internacional**. Madrid: Marcial Pons, 2013. 419p.

TAVARES, André Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Método, 2006. 360p.

THORSTENSEN, Vera. **OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 520p.

THORSTENSEN, Vera.; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2012. 470p.

UINTANAR, Silvia; LOPEZ, Rodolfo. O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (IIRSA): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46, n. 1, pp. 213-221, 2003.

VILLELA, Aníbal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945**. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2001. 470p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A ALCA e seu sentido estratégico: desafio ao Brasil e ao Mercosul. **Indicadores Econômicos Fundação de Economia e Estatística**. Porto Alegre, v. 29, n. 3, pp. 127-146, 2001.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A política Externa Brasileira em Transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. /n: MARTINS, Estevão Chaves de R. (org.). **Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003. 480p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. /n: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006. 508p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção Internacional do Brasil: 1930-2012**. Ed. digital. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 224p.

ZAIA, Cristiano. PIB do Agronegócio vai crescer 3,8% em 2014, projeta CNA. **Valor Econômico**. Notícia veiculada em 09 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3809734/pib-do-agronegocio-vai-crescer-38-em-2014-projeta-cna>>. Acesso em 27 jul. 2015.